MILENA DA FONSECA AZEVEDO

**A REGULAMENTAÇÃO DE SERVIÇOS E A COERÊNCIA
REGULATÓRIA: UMA LEITURA DOS MEGA-ACORDOS A
PARTIR DA PERSPECTIVA BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Umberto Celli Junior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

MILENA DA FONSECA AZEVEDO

**A REGULAMENTAÇÃO DE SERVIÇOS E A COERÊNCIA
REGULATÓRIA: UMA LEITURA DOS MEGA-ACORDOS A
PARTIR DA PERSPECTIVA BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Comércio Internacional, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Umberto Celli Junior

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2018**

Ficha catalográfica

Azevedo, Milena da Fonseca

A Regulamentação de Serviços e a Coerência Regulatória: Uma Leitura Dos Mega-Acordos A Partir Da Perspectiva Brasileira / Milena da Fonseca Azevedo; orientador Umberto Celli Junior -- São Paulo, 2018. 256

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Regulação de serviços. 2. Coerência regulatória. 3. Mega-acordos. 4. Direito do comércio internacional. 5. Brasil. I. Celli Junior, Umberto, orient. II. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: AZEVEDO, Milena da Fonseca

Título: A Regulamentação de Serviços e a Coerência Regulatória: Uma Leitura dos Mega-acordos A Partir Da Perspectiva Brasileira

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Profa. Dra. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof.Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

A Deus, por me sustentar todos os dias.

**Aos meus pais, Vera e Lourival, pelo apoio, amor, confiança e por me ensinarem tudo
que sei.**

À minha irmã, Mariana, por ser minha melhor amiga e maior companheira.

RESUMO

Milena da Fonseca Azevedo. A Regulamentação de Serviços e a Coerência Regulatória: Uma Leitura Dos Mega-Acordos A Partir Da Perspectiva Brasileira. 2018. 256 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A coerência regulatória tem emergido como um tema constante nos acordos de comércio e negociações. Isso porque, com a desgravação das tarifas a níveis baixíssimos, as barreiras regulatórias passaram a ser o grande foco das negociações. Ocorre que esse tema ainda está bastante voltado para o comércio de bens, enquanto o de serviços é um tema que ainda necessita de avanços regulatórios. Em levantamento aos acordos assinados pelo Brasil, notou-se que umas das obrigações do bloco do Mercosul é a busca por harmonização. Esta foi incorporada em diversos acordos de complementação econômica assinados após a formação do bloco com outros países da região. Mais recentemente, o Brasil assinou um acordo com Peru em comércio de serviços, investimento e compras governamentais. Tal acordo, conforme noticiado, foi inspirado no acordo TPP. Nas disposições de serviços, há obrigações *GATS-plus*, dentre outras, em regulação doméstica e reconhecimento. O TPP foi o primeiro mega-acordo assinado e feito público até o momento. Apesar de não estar em vigor, o TPP acabou por trazer ao comércio internacional um parâmetro regulatório às negociações que estão em andamento, incluindo o próprio tema da coerência regulatória e levando a regulação de serviços a outro patamar. Em paralelo, outro mega-acordo sendo negociado é aquele entre EUA e UE, o TTIP. Esse acordo de comércio e investimento, se vier a entrar em vigor – no momento, as negociações estão paralisadas – deverá conter disposições de cooperação e boas práticas regulatórias em serviços, muito além da OMC. Essas propostas são interessantes, uma vez que alguns dos temas que a UE já noticiou a serem negociados com o Mercosul, principalmente em serviços, já possuem propostas concretas nesse mega-acordo. Com isso, o objetivo deste trabalho é avaliar como o Brasil pode se utilizar dos novos padrões regulatórios que vêm sendo adotados para atingir coerência regulatória em serviços, para suas próprias negociações, a citar o acordo Mercosul – UE, a partir das propostas do bloco no TTIP; e os avanços até mesmo com a Aliança do Pacífico, que já adota o padrão TPP.

Palavras-chave: serviços; coerência regulatória; comércio internacional; mega-acordos; TPP; TTIP; Brasil.

ABSTRACT

Milena da Fonseca Azevedo. The regulation on Services and the Regulatory Coherence: An Interpretation of the Mega-Agreements from the Brazilian Perspective. 2018. 256 p. Master Degree – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The regulatory coherence has emerged as theme constantly in the international trade agreements and negotiations. Because of the tariff reduction to very low levels, the regulatory barriers are the main focus of negotiations. This area is still turned to the regulation of goods while trade in services is still an area that needs regulatory advances. In a deep analysis of the agreements signed by Brazil, it was possible to note that some obligations under the Mercosur is to reach harmonization. This same obligation was incorporated in the agreements of economic complementation signed after Mercosur with other countries in the region. More recently, Brazil has signed an agreement with Peru in trade of services, investments and government procurement. This agreement, as publicized, was inspired on TPP. The services' provisions have obligations GATS-plus, among others, in domestic regulation and recognition. The TPP was the first mega-agreement signed and made public until now. Despite it is not in force, the TPP ended establishing a regulatory standard to the ongoing negotiations of international trade, including the regulatory coherence and taking the trade in services to another level. In parallel, the other mega-agreement under negotiation between EU and USA is TTIP. This trade and investment agreement, if it ever be in force – up until now the negotiations are paralised – should contain provisions on cooperation and good regulatory practices and services, beyond the WTO standards. The proposals are interesting to the extent that some themes that the EU already notified that it is going to be negotiated with the Mercosur, especially in services, already have concret proposals in this mega-agreement. Therefore, the goal of this dissertation is to evaluate how Brazil can use of the regulatory patterns adopted to reach regulatory coherence in services, that exist at this moment, to its own negotiations, such as the agreement between EU – Mercosur, from the proposals EU in the TTIP and even advances with the Pacific Alliance that already adopts the TPP standards.

Key-words: services; regulatory coherence; international trade; mega agreements; TPP; TTIP; Brazil.

LISTA DE SIGLAS

AAP	Acordos de Alcance Parcial
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ARCs	Acordos Regionais De Comércio
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CARICOM	Comunidade e Mercado Comum do Caribe
CARI	
FORUM	Fórum do Caribe
CFTA	Área de Livre Comércio Continental Africana
CGVs	Cadeias Globais de Valor
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CUSFTA	Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e os Estados Unidos
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IAF	Foro Internacional de Credenciamento
ICTSD	International Centre for Trade and Sustainable Development
ILAC	Cooperação Internacional de Credenciamento de Laboratórios
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	Organização Internacional para Padronização
ITU	União Internacional de Telecomunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCO	
SUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIE	Organização Mundial da Saúde Animal
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDs	Países Desenvolvidos
PEDs	Países Em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMDRs	Países de Menor Desenvolvimento Relativo
SACU	União Aduaneira da África Austral
SGP	Sistema Geral de Preferências
SISCOSERV	Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio

SPS	Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TBT	Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
TISA	Acordo sobre o Comércio de Serviços
TPP	Acordo Transpacífico
TRIMS	Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio
TRIPS	Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
TTIP	Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	União Europeia
UNCITRAL	Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
WAEMU	União Econômica e Monetária do Oeste Africano
WPDR	Grupo de Trabalho em Regulação Doméstica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. O CONCEITO DE COERÊNCIA REGULATÓRIA.....	22
1. Histórico da regulação do comércio internacional.....	22
2. Como a OMC pode incorporar novas iniciativas regulatórias	30
3. Análise da coerência regulatória: conceitos, formas e benefícios.....	37
4. A coerência regulatória a partir dos dispositivos dos acordos	47
4.1. A coerência regulatória nos ARCs.....	48
4.1.1. As obrigações de coerência nos ARCs do Brasil.....	56
4.2. A negociação de coerência regulatória nos mega-acordos	67
4.2.1. TPP.....	68
4.2.2. TTIP	72
CONCLUSÃO PARCIAL.....	82
II. A REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS E A COERÊNCIA REGULATÓRIA.....	84
1. A coerência regulatória e o comércio de serviços.....	84
2. A regulamentação de serviços no comércio internacional.....	95
2.1. O Acordo GATS da OMC e as negociações da Rodada Doha	97
2.1.1. As negociações de serviços na Rodada Doha em regulação doméstica	102
2.2. O comércio de serviços nos ARCs.....	115
2.2.1. O comércio de serviços nos ARCs do Brasil.....	120
2.3. O comércio de serviços nos mega-acordos	140
2.3.2. TPP.....	141
2.3.3. TTIP	150
2.4. Novas negociações: o TiSA	164
CONCLUSÃO PARCIAL.....	169
III. COMO OS PADRÕES REGULATÓRIOS DOS MEGA-ACORDOS PODEM SER USADOS COMO PADRÕES PARA NEGOCIAÇÕES DE SERVIÇOS DO BRASIL NA BUSCA POR COERÊNCIA REGULATÓRIA	172
1. A importância do comércio de serviços para o Brasil.....	173
2. Como o Brasil pode se utilizar dos padrões existentes para uma estratégia própria?	175

2.1.	A coerência regulatória	176
2.1.1.	A comparação da regulação existente no Brasil com a regulação internacional 176	
2.1.2.	O padrão regulatório dos mega-acordos em coerência regulatória e os interesses brasileiros	179
2.2.	O comércio de serviços	182
2.2.1.	A comparação da regulação existente no Brasil com a regulação internacional 182	
2.2.2.	A construção de uma agenda regulatória internacional de serviços para o Brasil 188	
2.2.3.	Acesso a mercados a partir da balança comercial do Brasil em serviços	190
2.2.1.	O padrão regulatório dos mega-acordos em serviços e os interesses brasileiros.....	194
CONCLUSÃO PARCIAL.....		199
CONCLUSÃO FINAL		201
REFERÊNCIAS.....		207
ANEXO I.....		217
ANEXO II.....		219
ANEXO III		225
ANEXO IV		231
ANEXO V.....		243

INTRODUÇÃO

Após grandes conquistas no Sistema Multilateral de Comércio com a diminuição das tarifas, as grandes disputas entre os países têm sido relacionadas a barreiras não tarifárias, que englobam, dentre outras, as barreiras regulatórias. Esses entraves estão, na maioria das vezes, formalizados por meio de legislação editada pelos países justamente para restringir acesso a mercados, representando barreiras ainda mais graves do que as tarifárias, por serem de difícil mensuração e identificação, uma vez que não raras são as vezes que tais barreiras se encontram camufladas por regulações internas tendentes à proteção do meio ambiente ou de direitos humanos e sociais.

Muito embora o tema da harmonização e coerência regulatórias remonte às tentativas de incentivar o comércio nas regiões do Norte da África, Oriente Médio e Europa Meridional com a padronização de pesos e medidas nos anos antes de Cristo (BRAITHWAITE E DRAHOS: 2000, 4), a regulação, tal como se conhece atualmente no Direito Internacional, foi introduzida primeiramente pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e, posteriormente, aprimorada no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), após a Rodada Uruguai. Hoje, mais extensivamente, esses temas são regulados de forma cada vez mais abrangente nos Acordos Regionais de Comércio (ARCs) e mega-acordos¹, como a Parceria Transpacífico (TPP) e Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).

¹ Os mega-acordos são assim chamados pelo volume de comércio que envolvem, o número de países que participam desses acordos, bem como a variedade de matérias que os recobrem.

Bull, Mahboubi, Stewart et. al (2015, 2), “*These proposed mega-regional agreements not only aim to further reduce tariffs (in the case of TPP, to zero) and other border measures that impede trade, but they also contain ambitious arrangements for regulatory cooperation to address trade barriers created by divergent regulatory measures and approaches for goods and services; deal with other structural barriers such as those created by government procurement policies and stateowned enterprises; address global supply chains, e-commerce, competition policy, transparency, and anti-corruption; and enhance protection for investment and intellectual property. The regimes’ wide range of subjects and their ambitious scope justify the label “mega-regional.”*”. Além deste, Ricardo Meléndez-Ortiz (2014, 13) define acordos mega-regionais como: “*Mega-regional RTAs, deep integration partnerships in the form of RTAs between countries or regions with a major share of world trade and FDI and in which two or more of the parties are in a paramount driver position, or serve as hubs, in global value chains (i.e. the US, the EU, Japan, China). This category includes ongoing negotiations in the TPP; the emerging TTIP between the EU and the US; and potentially the RCEP, between the 10 ASEAN countries and six of its RTA partners: China, India, Japan, South Korea, Australia and New Zealand. Beyond market access, emphasis in this integration is on the quest for regulatory compatibility and a rules basket aimed at ironing out differences in investment and business climates.*”

Apesar de a busca pela coerência regulatória não ser algo inédito, as discussões acerca da questão têm sido cada vez mais recorrentes no comércio internacional em razão da tentativa dos países de diminuir as barreiras não tarifárias e buscarem alternativas para a integração no comércio internacional com a multiplicação das Cadeias Globais de Valor (CGVs).

Segundo a *Global Value Chain Initiative*, as CGVs compreendem todas as atividades que as empresas e trabalhadores exercem para a concepção final de um produto. Isso inclui atividades de design, produção, marketing, distribuição e suporte ao consumidor final. Essas atividades podem estar em uma única empresa ou dividida em diversas delas, podendo também ser uma cadeia de produção de bens ou serviços. Do mesmo modo, tais atividades podem ser exercidas em uma localidade geográfica ou espalhadas em diversas regiões, o que as caracterizaria como “global”².

Essa forma de organização industrial, porém, só foi possível, em razão da redução significativa de tarifas nos últimos anos, da integração do comércio internacional e do desenvolvimento de novos serviços que permitem a comunicação instantânea, o comércio célere de bens e as trocas financeiras. Portanto, a fragmentação da produção só foi possível em decorrência da evolução do comércio internacional, bem como o desenvolvimento de tecnologias que tornassem viável econômica e fisicamente a circulação eficiente de mercadorias.

Historicamente, a regulação do comércio internacional e, conseqüentemente, a coerência e convergência regulatórias, estavam, a princípio, bastante relacionadas ao comércio de bens. Até mesmo no âmbito da OMC, a busca por coerência e boas práticas regulatórias relacionavam-se de forma mais estreita aos acordos sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). No entanto, a partir dos anos 1990, com a evolução tecnológica e a pressão dos países desenvolvidos (PDs), o comércio de serviços passou a ganhar uma grande importância no comércio internacional, justamente por conta das CGVs, para as quais é fundamental a rápida circulação de bens, o pagamento de serviços e a comunicação entre os agentes.

² Disponível em: <<http://globalvaluechains.org/concept-tools>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Em discurso no *Global Services Summit* em Washington D.C. em 17 de outubro de 2017, o Diretor Geral da OMC, Roberto Azevêdo, ressaltou a importância do comércio de serviços, bem como as iniciativas havidas, até o momento, para avançar nesse tópico³. O comércio de serviços é responsável por mais de dois terços do PIB mundial e atrai quase dois terços do investimento direto estrangeiro global. Para a maior parte dos países, os serviços correspondem à maior parcela da produção nacional e da taxa de emprego.

A exportação de serviços mundial chegou a 4,8 trilhões de dólares em 2016, correspondendo a mais de 23% do comércio mundial total. Atualmente, o comércio de serviços em valor adicionado corresponde a quase 50% do comércio mundial⁴. Essa análise demonstra como serviços são facilitadores das CGVs, pois, sem os serviços transfronteiriços, seria impossível coordenar a produção por etapas em diferentes países, o que envolve logística, comunicação e serviços financeiros, principalmente finanças comerciais e pagamentos eletrônicos. Nesse sentido, a eficiência dos serviços é determinante para o desempenho exportador.

Rentzhog e Anér (2014: 2-4) traçam as principais mudanças ocorridas no campo de serviços em decorrência das mudanças tecnológicas. Primeiramente na produção, em razão do fenômeno que ocasionou a “desindustrialização da indústria”, a qual, segundo os autores, consistiria no crescimento do consumo de serviços, em razão do advento tecnológico, uma vez que os bens passaram a vir acompanhados da prestação de diversos deles. A segunda mudança teria ocorrido no comportamento da própria produção, chamado de “servicificação” (*servicification*, em inglês), ou seja, setores alheios a áreas de serviços estariam cada vez mais adquirindo, produzindo e vendendo serviços como parte do pacote de bens. Esse fenômeno dever-se-ia ao aumento da dispersão geográfica da produção com as CGVs, aumento da eficiência, aumento da relação com consumidores no fornecimento de serviços direcionados a seus produtos e meio de diferenciação dos produtos como vantagem frente ao consumidor.

³ Azevêdo underlines growing importance of services in global trade. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/spra_e/spra193_e.htm>. Acesso em: 23 out.2017.

⁴ Op. Cit. 3 e World Trade Statistics Review 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2017_e/wts2017_e.pdf>.

Apesar de a relação entre o tema dos serviços e as CGVs ser evidente e cada vez mais recorrente, nota-se indiscutível carência de avanços regulatórios no âmbito dos Acordos da OMC, em vista do travamento da Rodada Doha. Como visto, se a preocupação da coerência regulatória é combater as barreiras não tarifárias, faz-se necessário avaliar como a regulação de serviços pode ser feita para permitir acesso a mercado.

A coerência regulatória é um tema fundamental para o comércio de serviços e está diretamente ligada à liberalização em razão de seus tipos de barreiras não serem tarifários. Porém, além disso, há temas que somente podem avançar no comércio de serviços se estivermos diante da melhor forma de regulação, ou ainda, se houver coerência entre os temas regulados. Tendo em vista que o comércio de serviços é puramente regulatório, discriminações regulatórias podem ser extremamente deletérias ao processo de liberalização. Nesse sentido, a definição de critérios de regulação interna e a proibição aos países na regulação dos temas sem critérios mínimos de transparência, objetividade, igualdade, permitirão o livre fluxo de comércio em serviços.

Esse cenário de inércia regulatória no âmbito da OMC propiciou nos últimos anos o aumento de ARCs e da negociação em andamento dos mega-acordos. Conforme o gráfico abaixo ilustra, a entrada em vigor de acordos de serviços aumentou exponencialmente desde os anos 1990.

**Gráfico I: ARCs atualmente em vigor (de acordo com o ano de entrada em vigor)
1948-2017**

Fonte: OMC (<https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/rtajan-june17_e.pdf>).

Segundo Carneiro (2015, 12), os países aos quais interessa maior integração às CGVs se veem obrigados a buscar outras formas de atender à demanda exigida pela fragmentação da produção, especialmente em acordos profundos de comércio e investimentos – que incluem um extenso rol de disciplinas, com o objetivo de não só liberalizar fluxos de bens, serviços e investimentos, mas também remover um conjunto de obstáculos a esses fluxos que decorrem da inconsistência entre normas, regulamentos, padrões e procedimentos existentes nos diferentes países, de maneira a consolidar um verdadeiro espaço econômico ampliado no qual a produção dispersa de bens e serviços pode funcionar sem interrupções.

Nesse contexto, tais acordos compreendem uma vasta gama de temas que antes não eram regulados na OMC e, nem mesmo, nos ARCs, como é o caso da inserção de capítulos de cooperação e coerência regulatória em acordos como o TPP e o TTIP.

Não diferente, os mega-acordos também regulam o comércio de serviços e, como se verá ao longo do presente estudo, vão além dos dispositivos existentes nos Acordos da OMC, com a inclusão de previsões, como, por exemplo, sobre comércio eletrônico, tema que há tempos aguarda um avanço multilateral.

Em face desse cenário internacional, o Brasil, neste momento, está investindo em novas negociações de ARCs, como a expansão do acordo com o México, negociações com o Canadá, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), Coreia do Sul, Japão, entre outros, bem como está o país próximo de concluir um acordo entre Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia (UE), ainda em andamento quando do desenvolvimento do presente estudo. Como se sabe, os ARCs englobam uma diversidade de temas, incluindo serviços, sendo essa questão, cada vez mais, imprescindível nas negociações com dispositivos mais completos e abrangentes. Diante de um cenário internacional de crescente importância do comércio e amplificação dos temas reguladores de serviços, torna-se importante ter uma estratégia clara para a negociação de acordos, ainda que serviços, historicamente, não sejam uma área de interesses em que o Brasil tenha uma posição mais ofensiva.

Assim, dada a importância atual e cada vez mais crescente dos temas da coerência regulatória e do comércio de serviços, assim como a relação entre eles, ambos serão objeto do presente estudo, que tem como base a seguinte hipótese: diante da falta de avanços no âmbito dos Acordos da OMC e da proliferação das redes produtivas formadas pelas CGVs, a regulação do comércio de serviços, tal como vem sendo feita por meio dos chamados mega-acordos, os quais buscam, de forma crescente, a coerência regulatória, tornou-se necessária para o fortalecimento dos novos modelos de comércio internacional. Nesse contexto, a tese é de que o Brasil, como um país que mudou recentemente sua estratégia de comércio internacional, deve observar os parâmetros regulatórios negociados nos referidos mega-acordos a fim de buscar uma estratégia de negociação para as novas iniciativas empreendidas pelo País que busque encampar os interesses locais e, assim, ter uma estratégia ofensiva, ao invés de reativa, às novidades já presentes nos marcos regulatórios internacionais de serviços, de forma a se beneficiar das novas modalidades de comércio representadas pelas CGVs.

Para tanto, o Primeiro Capítulo trará um breve histórico acerca do tema da coerência regulatória no Direito do Comércio Internacional, bem como de seu conceito, formato, e análise dos custos e benefícios de sua implementação. Ainda, serão estudados os dispositivos dos acordos da OMC, ARCs, da legislação brasileira, assim como de países selecionados e dos mega-acordos – TPP e TTIP a respeito do tema da coerência regulatória.

Em seguida, no Segundo Capítulo, será estudado como essa coerência regulatória avançou no comércio de serviços, com o estudo e mapeamento da regulação internacional de serviços nos diversos foros que tratam desse assunto: (i) OMC, com a análise do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), propostas de países selecionados na Rodada Doha para modificações ao Acordo GATS e novas iniciativas no âmbito na OMC, como o Acordo de Facilitação de Comércio de Serviços; (ii) ARCs selecionados que trazem o comércio de serviços, incluindo análise mais profunda de acordos já assinados pelo Brasil como o Mercosul, acordo Mercosul–Chile e o acordo Brasil–Peru; (iii) mega-acordos – TPP e TTIP; e (iv) informações públicas do Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA) que permitam auferir o andamento do acordo no que tange ao tema aqui estudado.

Uma vez estudados os temas da coerência regulatória e da regulação no comércio de serviços, o Terceiro e último Capítulo analisa como referidos temas dialogam entre si e, com isso, verifica-se como o Brasil poderia se utilizar dos padrões regulatórios hoje existentes e discutidos nos principais acordos internacionais para suas negociações no assunto de serviços.

CONCLUSÃO FINAL

A partir da análise histórica traçada no presente estudo, constatou-se que a coerência regulatória foi um movimento natural à formação das regras de comércio internacional. Com o passar dos anos, as mudanças regulatórias foram impulsionadas, em grande parte, pelos novos modelos de comércio, em especial pela fragmentação da produção e formação das CGVs, as quais demandam integração da produção em níveis cada vez maiores e mais dinâmicos.

Com o advento do GATT, houve o estabelecimento de parâmetros mínimos a serem respeitados pelos Estados, como os princípios da não discriminação e do tratamento nacional, dentre outros, bem como a necessidade de redução de tarifas (*shallow integration*). Nesse momento, havia resistência dos PEDs em avançar nos temas de natureza regulatória, uma vez que era do interesse desses países manter determinadas políticas públicas e garantir sua soberania para reconstruir suas economias no pós-2ª Guerra Mundial.

Anos depois, no âmbito da Rodada Uruguai, foi estabelecido um Sistema Multilateral de Comércio com os Acordos da OMC, que possuem, de certa forma, iniciativas de harmonização e boas práticas regulatórias (*deep integration*), ainda que de forma tímida e focada em determinados setores. Nesse período de criação recente da OMC, o comércio já havia alcançado níveis satisfatórios de redução de tarifas, mas ainda não considerava temas relacionados à regulação não tarifária do comércio internacional.

Como depois da Rodada Uruguai não houve avanços significativos no âmbito da OMC na Rodada Doha, os progressos mais expressivos passaram a ser alcançados no âmbito dos ARCs. Com as negociações entre PDs e PEDs, estes, que eram, até a Rodada Uruguai, resistentes a avanços regulatórios, passaram a aderir à discussão desse tema em razão da adesão aos modelos dos PDs; ou, em alguns casos, para regular temas de interesse interno desses países que não evoluíram no âmbito das negociações da OMC. Com isso, a necessidade de convergência entre as legislações internacional e nacional foi se tornando parte importante na agenda de negociações internacionais.

Com esse avanço acontecendo longe do âmbito multilateral da OMC, os Estados passaram a negociar os mega-acordos como uma resposta para dar eficiência a esses fluxos de comércio.

A análise histórica empreendida no Capítulo I permitiu verificar essas nuances por meio da análise dos acordos e padrões regulatórios. Foi apenas com os mega-acordos que a preocupação com a forma de implementação da regulação se apresentou. Nesse aspecto, tanto o TPP quanto o TTIP apresentam princípios para a edição de normas, bem como estabelecem, nos capítulos temáticos – como o de serviços –, formas em que se permite a adoção da coerência regulatória e a edição de regras mais objetivas, transparentes e não discriminatórias.

A coerência regulatória nos termos negociados no acordo TPP refere-se ao uso de boas práticas no processo de planejamento, desenho, lançamento, implementação e regulação de medidas para facilitar o cumprimento dos objetivos de políticas domésticas e esforços governamentais de incentivo à cooperação regulatória para aprofundar esses objetivos e promover o comércio internacional e investimento, crescimento econômico e emprego. Já no âmbito do acordo TTIP, trata-se de cooperação regulatória, de modo que as autoridades locais trabalhem juntas para assegurar altos níveis de proteção dos objetivos de políticas públicas. Além da cooperação regulatória, a UE propõe boas práticas regulatórias com o fim de promover princípios para o desenvolvimento e implementação de regulação de bens e serviços de alta qualidade, eficiente e efetiva, como transparência, previsibilidade e prestação de contas (*accountability*). Esses conceitos se aplicam ao desenvolvimento de todas as regras de comércio, incluindo aquelas de serviços.

Como a dinâmica do comércio internacional, principalmente representada pelas CGVs, demonstra que o comércio de serviços tem papel preponderante, o tema regulatório nesse tocante ainda carece de evolução para acompanhar os novos modelos de comércio. Essa análise, desenvolvida ao longo do Capítulo II, evidenciou que, apenas com a criação do Acordo GATS no âmbito da OMC, foi que a regulação dos serviços passou a existir, contribuindo por ser o primeiro marco regulatório a traçar os princípios e as regras gerais aplicadas ao comércio de serviços, em especial no tocante às barreiras regulatórias e na busca pelos melhores métodos regulatórios não discriminatórios.

No Acordo GATS, se destacam os dispositivos de nação mais favorecida (Artigo II), tratamento nacional (Artigo XVII) e acesso a mercado (Artigo XVI), que instituem as condições de liberalização, enquanto a regulamentação doméstica (Artigo VI), bem como transparência (Artigo III), demarcam a atuação dos agentes internos no Estado ao estabelecerem medidas para a atuação dos provedores de serviços e, portanto, evitam que as medidas internas sejam transformadas em barreiras ao comércio. Ainda, o Artigo VII (reconhecimento mútuo) prevê as condições para o reconhecimento de qualificações e certificações profissionais de Membros, o que, além de permitir o acesso a mercados, estabelece os termos regulatórios que podem permitir esse arranjo por meio da assinatura de acordos de reconhecimento mútuo.

Contudo, esses dispositivos, embora importantes, precisam de avanços com vistas à realidade do comércio atual, representada pelo modo de produção em CGVs. Não há, no momento, perspectivas de que as negociações na OMC tragam algum resultado nessa direção, embora os Membros tenham apresentado propostas inovadoras. Uma delas é o acordo de facilitação de serviços, o qual prevê: (i) mecanismos de transparência e publicidade, permitindo às Partes maior conhecimento da regulação em vigor em outros países; (ii) teste de necessidade econômica que impediria a implementação de medidas de forma discriminatória; (iii) disposições de reconhecimento com procedimentos adequados para avaliação de requisitos e verificação de qualificação, o que poderia facilitar a negociação de acordos de reconhecimento mútuo; e (iv) mecanismos de cooperação e assistência técnica para PEDs e PMDRs.

Além dessa proposta, outra forma com potencial de avanço na regulação de serviços na OMC poderia se dar por meio do TiSA. Porém, como as negociações estavam sendo lideradas pelos EUA, tendo em vista a atual mudança de política comercial daquele país, o futuro desse acordo e seu potencial na OMC é incerto.

Se, de um lado, não há perspectivas de mudanças nos Acordos da OMC, de outro, os ARCs incorporaram, em proporções cada vez maiores, disposições em serviços. No entanto, notou-se que o avanço regulatório de serviços nesses acordos foi incipiente do ponto de vista de regras, uma vez que muitos simplesmente reproduziram o Acordo GATS, outros possuem

dispositivos ainda menos vinculantes e apenas alguns vão além do acordo de serviços da OMC. Dessa forma, nos temas regulatórios, os avanços não ocorreram de forma a criar um ambiente liberalizante e com impulso pela busca de coerência regulatória.

Por outro lado, os mega-acordos consolidaram melhorias importantes na regulação de serviços pela busca de um padrão único que permitisse a fluidez do comércio. Em suma, pode-se destacar pela análise dos capítulos de serviços do TPP e a proposta de capítulo de serviços no TTIP que os padrões regulatórios gerais do Acordo GATS – princípio de não discriminação, acesso a mercados, regulação doméstica, transparência e reconhecimento – foram consolidados, tendo o texto dos acordos inovado em questões setoriais e nos capítulos específicos de serviços.

Nesse sentido, o capítulo de comércio eletrônico do TPP tem diversas formas de busca pela coerência regulatória, destacando-se a implementação horizontal em transações domésticas eletrônicas dos princípios das *UNCITRAL Model Law on Electronic Commerce 1996* ou *the United Nations Convention on the Use of Electronic Communications in International Contracts*. Outro aspecto que merece destaque é a inserção no TPP de um capítulo de serviços profissionais que prevê diálogos de reconhecimento de qualificação, licença e registro profissional.

No TTIP, as questões regulatórias ganham um alto grau de detalhamento. Com relação à regulação doméstica, por exemplo, um capítulo específico e anexo foram dedicados à criação de um modelo de acordo de reconhecimento mútuo para qualificações, certificações e licenças profissionais.

Os mega-acordos possuem, portanto, um aparato regulatório bastante além das normas da OMC.

Muito embora não faça parte da lista de países que negociam esses mega-acordos, o Brasil, país que tem como base da política comercial internacional as regras da OMC, tem seus parâmetros regulatórios em serviços bastante defasados frente às inovações regulatórias que vem sendo transacionadas no cenário internacional.

Ao analisar a estatística de serviços do Brasil, nota-se o quanto o país pode avançar no fornecimento de serviços, uma vez que sua participação ainda é irrisória. Para ilustrar, o Brasil alcança a 32ª posição entre os maiores exportadores de serviços, enquanto seus pares no BRICS, China e Índia, figuram entre os 10 maiores exportadores mundiais.

Ressalte-se, ainda, que os países com os quais o Brasil mais transaciona em serviços – países europeus, parte englobada pela UE e outra pelo EFTA e EUA – não possuem ainda acordos firmados com o país. Portanto, uma estratégia de negociação de acordos com os países com os quais o Brasil mais tem relacionamento comercial poderia servir de incentivo às exportações. Entretanto, isso só será possível se criado um ambiente regulatório propício ao crescimento dessa área no comércio internacional do Brasil.

A esse respeito, é complexa a tarefa de delimitar uma agenda regulatória em serviços tendo em vista as particularidades de cada setor. Por isso, o desenho de uma agenda negociadora para o Brasil no campo dos acordos comerciais de serviços depende dos objetivos e prioridades do País. Se o objetivo for sua maior inserção no comércio internacional, as estratégias brasileiras devem ser orientadas por três ordens: (i) remover barreiras ao comércio em mercados relevantes e promissores para as exportações brasileiras; (ii) aumentar a oferta, no mercado brasileiro, de serviços de qualidade a preços competitivos por meio da redução das barreiras à importação no País; e não menos importante; (iii) fomentar a maior produtividade e competitividade do setor de serviços brasileiro, possibilitando a geração de empregos mais qualificados e maior renda no país (CNI, 2016: 47).

Com relação às regras gerais, o TTIP pode contribuir com os padrões de regulação doméstica, que são bastante detalhados, e com modelos sobre como avançar em acordos de reconhecimento mútuo. Por outro lado, o TPP se destaca na previsão de formas de coerência nos setores específicos, como comércio eletrônico e serviços profissionais.

Fato é que a coerência regulatória e o comércio de serviços são temas que passarão a ser imprescindíveis nos acordos de comércio. Os mega-acordos, mais especificamente o TPP e o que indica as propostas do TTIP, foram capazes de traduzir em regras as necessidades das CGVs, quais sejam: um modelo regulatório eficiente e não discriminatório que permita

a livre circulação de bens e serviços, preocupando-se não apenas com tarifas, mas criando dispositivos que propiciassem a criação de normas de forma clara, objetiva, transparente e com base em requisitos mínimos.

O Brasil tem um longo caminho a percorrer, com vistas a cobrir os interesses ofensivos do país na área. Sobre isso, será necessário decidir sobre os objetivos internos que se pretendem alcançar. Os mega-acordos poderiam trazer uma contribuição imprescindível nesse sentido.

REFERÊNCIAS

AMCHAM Brasil. **Alternativas do Brasil:** UE e/ou EUA: essas parcerias são excludentes ou complementares? Disponível em: <<https://www.amcham.com.br/noticias/competitividade/brasil-deve-investir-em-acordos-comerciais-com-eua-e-ue-aponta-estudo-amcham-fgv-8683.html>>. Acesso em 10 out. 2017.

ARVÍUS, Christer; JACHIA, Lorenza. **Regulatory Cooperation:** A Wikihow. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

AZEVEDO, Milena da Fonseca. **O desafio dos novos padrões regulatórios nos acordos preferenciais de comércio para estratégia multilateral brasileira em serviços e propriedade intelectual.** FAPESP: SP, 2012.

BALDWIN, Richard. Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going. In: Elms, Deborah K. e Low, Patrick. **Global value chains in a changing world.** Geneva: Fung Global Institute (FGI), Nanyang Technological University (NTU), and World Trade Organization (WTO), 2013, p. 13- 60.

_____; EVENETT, Simon; e LOW, Patrick. Beyond Tariffs: multilateralizing non-tariff RTA commitments. In: BALDWIN, R.; LOW, P. **Multilateralizing Regionalism:** Challenges for the Global Trading System, WTO, 2009, p.79 - 141.

BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin. **The Oxford Handbook of Regulation.** Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 3 -16; 407-433; 613-626.

BRAITHWAITE, John; DRAHOS, Peter. **Global Business Regulation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BOLLYKY, Thomas. **A Role for the World Trade Organization on Regulatory Coherence.** E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

BORGES, Karla Cristina Martins. O GATS, seu Artigo IV, o processo de liberalização e o incremento da participação do Brasil no comércio internacional. In: CELLI JR., Umberto e SAYEG, Fernanda Manzano. **Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento.** São Paulo: IDCID, 2008.

BULL, Reeve T. Developing A Domestic Framework For International Regulatory Cooperation. **Law and Contemporary Problems.** Vol. 78, 49 - 74.

BULL, Reeve T; MAHBOUBI, Neysun A.; STEWART, Richard B. et. al. **New Approaches to International Regulatory cooperation**: The challenge of TTIP, TPP, and Mega-regional trade Agreements. Law and Contemporary Problems. Vol. 78, 1 – 29.

CARNEIRO, Flavio Lyrio. **Parceria Trans-Pacífico**: Um Acordo Megarregional Na Fronteira Da Regulação Do Comércio Internacional? Texto para Discussão 2108. Brasília, julho de 2015.

CATTANEO, Olivier. **Promoting Greater Regulatory Coherence and Cooperation through Aid for Trade**: What Could Be Done? What Role for the Private Sector and the WTO? E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

FINK, Carsten and JANSEN, Marion. Services provisions in regional trade agreements: stumbling blocks or building blocks for multilateral liberalization? In: Baldwin, Richard and Low, Patrick. **Multilateralizing regionalism**: challenges for the global trading system. New York: Cambridge University Press, 2009. P. 221-261.

CELLI JUNIOR, U. Comércio de Serviços na OMC - **Liberalização, condições e desafios**. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2009. v. 1. 256 p.

CESAR DE OLIVEIRA, S. E. M. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília: Brasília, 2014.

CHARNOVITZ, Steve. **US Efforts to Ensure that Regulation Does Not Present Trade Barriers**. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

CUNHA, Raphael Coutinho. Negociações comerciais em uma economia fechada: o Brasil e o comércio de serviços na Rodada Uruguai. **Rev. Bras. Polít. Int.** 58 (1): 142-163 [2015].

DRAKE-BROCKMAN, Jane e STEPHENSON, Sherry. **Implications for 21st Century Trade and Development of the Emergence of Services Value Chains**. Study for the International Centre for Trade and Sustainable Development, 2012. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2012/11/implications-for-21stcentury-trade-and-development-of-the-emergence-ofservices-value-chains.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

PRADO, Mariana Mota e BERTRAND, Vladimir. Regulatory Cooperation on Latin America: The Case of Mercosur. **Law and Contemporary Problems**. Vol. 78: 205, p. 205 – 230.

DUNOFF, Jeffrey L. Mapping a Hidden World of International Regulatory Cooperation. **Law and Contemporary Problems**. Vol. 78, p. 267 – 299.

FREUND, Caroline. Other New Areas: Customs Administration and Trade Facilitation, Anticorruption, Small and Medium-Sized Enterprises, and More. In: SCHOTT, Jeffrey J. e CIMINO-ISAACS, Cathleen. **Assessing The Trans-Pacific Partnership: Volume 2: Innovations in Trading Rules**. Peterson Institute for International Economics. PIIE Briefing 16-4: March, 2016.

GARI, Gabriel. **The liberalisation of trade in services in Mercosur**. (Cameron May, 2009), 269 pages.

GELPERN, Anna. Financial Services. In: **Assessing The Trans-Pacific Partnership: Volume 1: Market Access and Sectoral Issues**. Peterson Institute for International Economics. PIIE Briefing 16-1: February, 2016.

GOOTIZ, Batshur; MATTOO, Aaditya. Services in the Trans-Pacific Partnership: What Would Be Lost? World Bank Group. Development Research Group Trade and International Integration Team February 2017. **Policy Research Working Paper 7964**.

HEES, Felipe. **Negociações multi- e plurilaterais sobre serviços: algumas considerações**. Pontes, Volume 13 - Número 1, 7 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/negociações-multi-e-plurilaterais-sobre-serviços-algumas-considerações>>. Acesso em: 13 out. 2017.

HUFBAUER, Gary; STEPHENSON, Sherry. SERVICES TRADE: PAST LIBERALIZATION AND FUTURE CHALLENGES. **Journal of International Economic Law** 10(3), 605–630 doi:10.1093/jiel/jgm028. Advance Access publication 10 August 2007.

HOEKMAN, Bernard. **Trade Agreements and International Regulatory Cooperation in a Supply Chain World. Italy**: European University Institute Robert Schuman Centre for Advanced Studies Global Governance Programme, 2014.

_____. Supply Chains, Mega-Regionals and Multilateralism: **A Road Map for the WTO**. Centre for Economic Policy Research: Abril 2014.

HOEKMAN, Bernard; MAVROIDIS, Petros C. **Regulatory Spillovers and the Trading System: From Coherence to Cooperation**. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015. <www.e15initiative.org/>.

_____; KOSTECKI, Michel M. **The Political Economy of the World Trading System: The WTO and Beyond**. Second Edition. New York: Oxford University Press, 2003.

HORN, H.; MAVROIDIS P.; SAPIR A. **Beyond the WTO** - An anatomy of EU and US preferential trade agreements. Bruegel Blueprint Series: 2009.

HOWSE, Robert. **Regulatory Cooperation, Regional trade agreements, and World trade law: conflict or Complementarity?** Law And Contemporary Problems. Vol. 78:137, 137-151.

HUFBAUER, Gary Clide. Liberalization of services. In: **Assessing The Trans-Pacific Partnership: Volume 1: Market Access and Sectoral Issues**. Peterson Institute for International Economics. PIIE Briefing 16-1: February, 2016.

KAUFFMANN, Céline e MALYSHEV, Nikolai. **International Regulatory Cooperation: The Menu of Approaches**. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

LIM, AIK HOE e DE MEESTER, BART. An introduction to domestic regulation and GATS. In: LIM, AIK HOE e DE MEESTER, BART(ed.). **WTO Domestic Regulation and Services Trade: Putting Principles into Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LOW, Patrick. **WTO Decision-Making for the Future**. World Trade Organization Economic Research and Statistics Division. Staff Working Paper ERSD-2011-05 de 02 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd201105_e.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

MATTOO, Aaditya. **Services Trade and Regulatory Cooperation**. E15 Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015. Disponível em: <www.e15initiative.org/>.

_____; SAUVÉ, Pierre. Services. In: CHAUFFOUR, Jean-Pierre; MAUR, Jean-Christophe (ed.). **Preferential Trade Agreement Policies for Development: A Handbook**. Washington: Banco Mundial, 2011, p. 235-274.

MAVROIDIS, Petros C. **Regulatory Cooperation: Lessons from the WTO and the World Trade Regime**. E15 Task Force on Regulatory Systems Coherence – Policy Options Paper. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2016.

MELENDÉZ-ORTIZ, Ricardo. Mega-regionals: What Is Going on? In: **Mega-regional Trade Agreements Game-Changers or Costly Distractions for the World Trading System?** World Economic Forum, 2014.

MESSERLIN, PATRICK. TTIP: THE SERVICES DIMENSION. In: Rule-Makers or Rule-Takers? **Exploring the Transatlantic Trade and Investment Partnership**. Edited by Daniel S. Hamilton & Jacques Pelkmans, 2015. Published by Rowman & Littlefield International, Ltd. Unit A, Whitacre Mews, 26-34 Stannary Street, London SE11 4AB. Disponível em: <<https://www.ceps.eu/system/files/TTIP.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de (coord). Serviços in: JANK, Marcos S. e THORTENSEN, Vera (coords.). **O Brasil e os grandes temas do comércio internacional**. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005, p. 117- 154.

ORFORD, Anne. Theorizing Free Trade. In: ORFORD, Anne e HOFMANN, Florian (ed.). **The Oxford Handbook of the Theory of International Law**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **International Regulatory Co-operation: Addressing Global Challenges**. OECD Publishing, 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1787/9789264200463-en>>.

PRADO, Mariana Mota e BERTRAND, Vladimir. **Regulatory Cooperation on Latin America: The Case of Mercosur**. Law and Contemporary Problems. Vol. 78: 205, p. 205 – 230.

PUPO, Rodrigo. Introdução ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS. In: CELLI JR, U. (Org). **Comércio de Serviços na OMC**, Curitiba, Brasil, Juruá, 1ª edição: 2005.

RENTZHOG, Magnus e ANÉR, Emilie. **The New Services Era – Is GATS up to the Task?** E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2014. <www.e15initiative.org/>.

RORIZ, João Henrique Ribeiro. **Propriedade intelectual, serviços e investimentos: panorama de regulação de acordos de comércio celebrados pela União Europeia, Estados Unidos, China e Índia.** Texto de Discussão nº 1801. Pesquisa PNPD/IPEA 105/2010. IPEA: Brasília, 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16577>
. Acesso em: 25 jun. 2017.

ROY, Martin; MARCHETTI, Juan e LIM, Hoe. Services liberalization in the new generation of preferential trade agreements: how much further than the GATS? In: ESTEVADEORDAL, Antoni; SUOMINEN, Kati and THE, Robert. **Regional rules in the Global trade system.** New York: Cambridge university press, 2009.p. 316 – 364.

SÁEZ, Sebastian. **Trade in Services Negotiations: A Guide for Developing Countries.** Estados Unidos: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.

SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. **Compromissos assumidos por grandes e médias economias em acordos preferenciais de comércio: o contraponto entre União Europeia e Estados Unidos e China e Índia.** Texto de Discussão nº 1700. Pesquisa PNPD/IPEA 105/2010. IPEA: Brasília, 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15123>
. Acesso em: 25 jun. 2017.

SAYEG, Fernanda Manzano. Regulação doméstica e o GATS. In: CELLI JR., Umberto e SAYEG, Fernanda Manzano. **Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento.** São Paulo: IDCID, 2008a.

_____. As negociações sobre regulação doméstica na OMC: estágio atual, provável forma e conteúdo do acordo e suas possíveis consequências para o Brasil e para os demais PEDs. In: CELLI JR., Umberto e SAYEG, Fernanda Manzano. **Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento.** São Paulo: IDCID, 2008b.

_____. **O Tratamento de questões relacionadas a serviços nos acordos regionais de comércio: uma análise dos modelos adotados por Estados Unidos, União Europeia e China com vistas ao desenvolvimento de um modelo mais adequado e desejável para o Mercosul.** 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da USP.

SHAFFER, Gregory. How the World Trade Organization shapes regulatory governance. **Regulation & Governance**, 2015, vol. 9, p. 1-15.

STEPHENSON, Sherry. **Global Value Chains: The New Reality of International Trade.** E15 Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015. Disponível em: <www.e15initiative.org>.

_____. **Como o TiSA pode afetar os PEDs, inclusive o Brasil.** Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/como-o-tisa-pode-afetar-os-pa%C3%ADses-em-desenvolvimento-inclusive-o-brasil>>. Acesso em: 14 out. 2017.

SUOMINEN, Kati. 2016. **Enhancing Coherence and Inclusiveness in the Global Trading System in the Era of Regionalism.** E15 Expert Group on Regional Trade Agreements and Plurilateral Approaches – Policy Options Paper. E15 Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum.

THORSTENSEN, Vera; WEISSINGER, Reinhard; e SUN, Xinhua. **Private Standards: Implications for Trade, Development and Governance.** E15 Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

THORSTENSEN, Vera e KOTZIAS, Fernanda. **Integração Regulatória:** Uma proposta de Coerência, Convergência e Cooperação para a modernização do Mercosul. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI) n. 20, Maio/Ago. 2015, p. 21-29

_____. **Barreiras Regulatórias:** um novo desafio para a governança da OMC. Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16369/OMC%20e%20Governan%C3%A7a%20Regulat%C3%B3ria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 maio 2016.

THORSTENSEN, Vera; MESQUITA, Alebe. Comércio de Serviços e Serviços Financeiros. In: Vera Thorstensen e Thiago Nogueira (Coord.). **O Tratado da Parceria Transpacífico (TPP): impactos do novo marco regulatório para o Brasil.** Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/en/publications>>. Acesso em: 09 out. 2017. (P.197 – 238.)

THORSTENSEN, Vera e BADIN, Michelle (Coord.). Coerência e Convergência regulatória No Comércio Exterior: **O Caso Do Brasil Frente A União Europeia E Estados Unidos Com Ênfase Na Experiência Do Reino Unido:** Sínteses e Conclusões. Fevereiro, 2017. Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/en/publications>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

THE NATIONAL BOARD OF TRADE. **Global Value Chains and Services:** An Introduction. February, 2013.

VAN TONGEREN, Frank; BASTIEN, Véronique, e VON LAMPE, Martin. **International Regulatory Cooperation, a Trade-Facilitating Mechanism.** E15 Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

WIJKSTROM, Erik. **The Third Pillar: Behind the Scenes**, WTO Committee Work Delivers. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

WINSLETT, Gary. How regulations became the crux of trade politics. **Journal of world trade**, 2016, Vol. 50, No. 1. pp. 47-70.

WOLFE, Robert. **How Can We Know (More) About the Trade Effects of Regulation?** E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) and World Economic Forum, 2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). World Trade Report, 2012. **Trade and public policies: A closer look at non-tariff measures in the 21st century**.

SHAFFER, Gregory. International Law and Global Public Goods in a Legal Pluralist World. **The European Journal of International Law**. Vol. 23 no. 3, p. 669 – 693.

US CHAMBER OF COMMERCE. **Regulatory Coherence & Cooperation in the Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)**. Disponível em: <https://www.uschamber.com/sites/default/files/regulatory_coherence_regulatory_cooperation_-_chamber_ttip_paper-final_2.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

Documentos:

WTO. **General Agreement on Trade in Services**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/26-gats.pdf>. Acesso em: 08 maio 2016.

Transpacific Partnership Agreement. Disponível em: < <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/trans-pacific-partnership/tpp-full-text>>. Acesso em: 08 maio 2016.

European Commission. **Regulatory cooperation in TTIP: An introduction to the EU's revised proposal**. 21 de março de 2016. Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1477>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. **Regulatory cooperation in TTIP: The benefits**. 21 de março de 2016. Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1477>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. **TTIP- EU proposal for Chapter: Regulatory Cooperation.** Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1477>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. **Good Regulatory Practices (GRPs) in TTIP: An introduction to the EU's revised proposal.** Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1477>>. Acesso em 16 mar. 2016.

_____. **TTIP- EU proposal for Chapter: Good Regulatory Practices.** Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1477>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Transatlantic Trade and Investment Partnership. **Trade in Services, Investment and E-commerce.** Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1230>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Services in the TTIP: Helping Europe's services firms tap the US Market.** Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1230>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Publication of the EU proposal on services, investment and e-commerce for the Transatlantic Trade and Investment Partnership.** 31 de julho de 2015. Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1230>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **TTIP and Regulation: an Overview.** The European Commission. 10 de fevereiro de 2015, p. 17. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2015/february/tradoc_153121.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Trade in Services Agreement (Tisa) Factsheet.** Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/september/tradoc_154971.doc.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

TiSA – **Trade in Services Agreement.** Disponível em: <https://wikileaks.org/tisa/document/20160621_TiSA_Core-Text/>. Acesso em: 14 out. 2017.

TISA – **Annex on Domestic Regulation.** Disponível em: <https://wikileaks.org/tisa/document/20151010_Annex-on-Domestic-Regulation/>. Acesso em: 14 out. 2017. Acesso em 24 out. 2017.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Perfis dos negócios bilaterais**. MDIC, 2016b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/estatisticas-do-comercio-exterior-de-servicos/2555-estatisticas-do-comercio-exterior-de-servicos-2016>>. Acesso em 24 out. 2017.

_____. **Panorama do Comércio Internacional: Serviços 2016**. MDIC, 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/estatisticas-do-comercio-exterior-de-servicos/2555-estatisticas-do-comercio-exterior-de-servicos-2016>>. Acesso em 24 out. 2017.

_____. **Registro de presença Comercial**. MDIC: 2016a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/estatisticas-do-comercio-exterior-de-servicos/2555-estatisticas-do-comercio-exterior-de-servicos-2016>>. Acesso em 24 out. 2017.

ANEXO I

TABELA DE ACORDOS DO BRASIL ANALISADOS PARA MAPEAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE COERÊNCIA REGULATÓRIA E COMÉRCIO DE SERVIÇOS

Acordo	Data de Assinatura	Entrada em vigor
Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil – Peru	29.04.2016	Sem vigência
Preferência Tarifária Regional entre países da ALADI (PTR-04) e protocolos adicionais	27.04.1984	28.12.1984
Acordo de cooperação científica e tecnológica (AR.CYT N° 6)	19.10.1993	03.05.1994
Acordo de Sementes entre países da ALADI (AAP.AG N° 2)	22.11.1991	19.03.1993
Acordo de Bens Culturais entre países da ALADI (AR.CEYC N° 7)	27.10.1988	08.02.1989
Convênio Constitutivo do Conselho Agropecuário do Sul (CAS) (AAP.AG N° 3)	08.08.2006	20.12.2010
AAP.PC N° 2 Bolívia Brasil	17.08.1992	11.11.1992
AAP.PC N° 5 Argentina Brasil Paraguai Uruguai	18.05.1994	14.10.1994
AAP.PC N° 7 Argentina Brasil Paraguai Uruguai	30.12.1994	25.01.1996
AAP.PC N° 8 Argentina Brasil Paraguai Uruguai	30.12.1994	19.07.1995
AAP.PC N° 11 Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Cuba Equador México Paraguai Peru Uruguai Venezuela	08.12.1997	30.07.1998
AAP.PC N° 19 Argentina Brasil Chile Colômbia Equador Paraguai Uruguai Venezuela	09.12.2005	26.01.2010
Brasil - Uruguai (ACE-02)	20.12.1982	20.06.1983
Brasil-Argentina (ACE-14)	20.12.1990	15.03.1991
Mercosul - Chile (ACE-35)	25.06.1996	12.09.1996
Mercosul - Bolívia (ACE-36)	17.12.1996	28.05.1997
Brasil - México (ACE-53)	03.07.2002	02.05.2003
Mercosul - México (ACE-54)	05.07.2002	05.01.2006
Automotivo Mercosul - México (ACE-55)	27.09.2002	15.01.2003
Mercosul - Peru (ACE-58)	30.11.2005	29.12.2005
Mercosul - Colômbia, Equador e Venezuela (ACE-59)	18.10.2004	01.04.2005** 01.02.2005***
Brasil/Guiana/São Cristóvão e Névis (AAP.A25TM 38)	27.06.2001	29.10.2001
Brasil - Suriname (AAP.A25TM N° 41)	21.04.2005	26.07.2006

Acordo	Data de Assinatura	Entrada em vigor
Brasil - Venezuela (ACE-69)	26.12.2012	14.10.2014
Mercosul - Cuba (ACE-62)	21.07.2006	02.07.2007*
Mercosul/Índia	25.01.2004	01.06.2009
Mercosul/Israel	18.12.2007	28.04.2010
Mercosul/SACU	15.12.2008	01.04.2016
Mercosul/Egito	02.08.2010	07.12.2017
Mercosul/Palestina	20.12.2011	Sem vigência
Mercosul (Decisão CMC 13/97)	23.07.1998	07.12.2005
Mercosul (ACE -18)	29.11.1991	27.05.1992
AAP.A14TM N° 3 Argentina Bolívia Brasil Chile Paraguai Peru Uruguai	01.01.1990	21.11.1990
AAP.A14TM N° 4 Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Equador Paraguai Peru Uruguai Venezuela	30.08.1990	15.06.1991
AAP.A14TM N° 5 Argentina Bolívia Brasil Paraguai Uruguai	26.06.1992	16.12.1994
AAP.A14TM N° 6 Argentina Brasil Uruguai	27.06.1992	15.09.1992
AAP.A14TM N° 7 Brasil Uruguai	30.12.1992	29.04.1993
AAP.A14TM N° 8 Argentina Bolívia Brasil Chile Paraguai Peru Uruguai	29.09.1992	04.08.1993
AAP.A14TM N° 9 Argentina Brasil Paraguai Uruguai	22.05.1995	02.08.1995
AAP.A14TM N° 10 Bolívia Brasil Chile Paraguai Peru Uruguai	16.08.1995	16.04.1996
AAP.A14TM N° 12 Argentina Brasil Paraguai Uruguai (Mercosul) Guatemala Honduras El Salvador Nicarágua Costa Rica (MCCA)	18.04.1998	10.12.1998
AAP.A14TM N° 15 Brasil Venezuela	04.07.1995	Sem informação
AAP.A14TM N° 17 Argentina Brasil Paraguai Uruguai	04.07.1995	09.11.2011
Mercosul - Colômbia (ACE - 72)	21.07.2017	07.12.2017

*Para o Brasil

** Entre Brasil e Equador

*** Entre Brasil e Colômbia e Venezuela

Fontes: Elaboração própria com dados do MRE, MDIC e ALADI.

<http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>.

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/796-negociacoes-internacionais-2>>.

<<http://www.aladi.org/sitioAladi/acuerdosP.html>>.

ANEXO II

TABELA COMPARATIVA DOS DISPOSITIVOS DE REGULAMENTAÇÃO DOMÉSTICA NOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO BRASIL COM OUTROS PARCEIROS COMERCIAIS

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>Artigo VI</p> <p>Legislação Nacional</p> <p>1. Nos setores em que compromissos específicos sejam assumidos, cada Membro velará para que todas as medidas de aplicação geral que afetem o comércio de serviços sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial.</p> <p>2. a) Cada Membro manterá ou instituirá tão logo seja factível tribunais judiciais, arbitrais ou administrativos ou procedimentos que permitam, após solicitação de um prestador de serviços afetado, a pronta revisão das decisões administrativas que afetem o comércio de serviços e, quando for justificado, a aplicação de recursos apropriados. Quando tais procedimentos não sejam independentes do órgão encarregado da decisão administrativa, o Membro velará para que o recurso seja</p>	<p>Artigo X</p> <p>Regulamentação nacional</p> <p>1. Cada Estado Parte velará para que todas as medidas de aplicação geral que afetem o comércio de serviços sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial.</p> <p>2. Cada Estado Parte manterá ou estabelecerá tribunais ou procedimentos judiciais, arbitrais ou administrativos que permitam, a pedido de um prestador de serviços afetado, a pronta revisão das decisões administrativas que afetem o comércio de serviços e, quando for justificado, a aplicação de soluções apropriadas. Quando tais procedimentos</p>	<p>Artigo VII.</p> <p>Regulamentação Doméstica</p> <p>1. Nada no presente Protocolo será interpretado no sentido de impedir o direito de cada Parte Signatária, de acordo com o estabelecido no Artigo V (Listas de Compromissos Específicos), de regulamentar e de introduzir novas regulamentações dentro de seus próprios territórios para atingir seus objetivos de política nacional.</p> <p>2. Nos setores em que compromissos específicos sejam assumidos, cada Parte Signatária velará para que todas as medidas de aplicação geral que afetem o comércio de serviços sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial.</p> <p>3. Cada Parte Signatária velará, igualmente, para que, nos setores nos quais compromissos específicos sejam assumidos, as medidas relativas aos</p>	<p>Artigo 3.7:</p> <p>Regulamentação Doméstica</p> <p>1. Cada Parte assegurará que todas as medidas de aplicação geral que afetem o comércio de serviços sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial.</p> <p>2. Reconhecendo o direito de regular e introduzir novos regulamentos sobre a prestação de serviços para satisfazer objetivos de políticas públicas e com o fim de assegurar que as medidas relativas a requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, normas técnicas e licenciamento:</p> <p>a) não constituam barreiras desnecessárias ao comércio de serviços, cada Parte assegurará, nos setores em que tenha assumido compromissos específicos em conformidade com o GATS, que tais medidas:</p> <p>(i) sejam baseadas em critérios objetivos e transparentes, como a competência e a</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>objetivo e imparcial.</p> <p>b) As disposições da alínea (a) não devem ser interpretadas no sentido de obrigar qualquer Membro a instituir tais tribunais ou procedimentos quando isto for incompatível com sua estrutura constitucional ou com seu sistema jurídico.</p> <p>3. Quando for exigida autorização para a prestação de um serviço sobre o qual haja sido assumido um compromisso específico, as autoridades competentes do Membro de que se trate deverão, dentro de um período de tempo razoável após a submissão de uma inscrição, que se considere completa segundo as leis e regulamentos nacionais pertinentes, informar o pretendente da decisão concernente à inscrição. Após solicitação do pretendente, as autoridades competentes fornecerão, sem demora indevida, informação sobre a situação da inscrição.</p>	<p>não forem independentes do órgão encarregado da decisão administrativa de que se tratar, o Estado Parte velará para que permitam de fato uma revisão objetiva e imparcial.</p> <p>As disposições desse item não serão interpretadas no sentido de impor a qualquer Estado Parte a obrigação de estabelecer esses tribunais ou procedimentos quando isso for incompatível com a sua estrutura constitucional ou com a natureza do seu sistema jurídico.</p> <p>3. Quando se exigir licença, matrícula, certificado ou outro tipo de autorização para a prestação de um serviço, as autoridades competentes do Estado Parte de que se tratar, num prazo prudencial a partir da</p>	<p>requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, padrões técnicos e requisitos em matéria de licenças sejam baseados em critérios objetivos e transparentes e não constituam restrição encoberta à prestação de um serviço.</p> <p>4. As Partes Contratantes considerarão o desenvolvimento de futuras disciplinas sobre regulamentação doméstica no âmbito do presente Protocolo, que levarão em conta os resultados das negociações sobre o tema na Organização Mundial do Comércio.</p> <p>5. Quando for exigida autorização para a prestação de um serviço em relação ao qual tenha sido assumido um compromisso específico, as autoridades competentes da respectiva Parte Signatária, dentro de um prazo razoável a partir da apresentação de uma solicitação que se considere completa segundo as leis e os regulamentos nacionais pertinentes, informarão o</p>	<p>habilidade para prestar o serviço;</p> <p>(ii) não sejam mais gravosas que o necessário para assegurar a qualidade de serviço; e</p> <p>(iii) no caso de procedimentos em matéria de licenciamento, não constituam em si mesmas uma restrição à prestação de serviço.</p> <p>b) não constituam restrições encobertas ao comércio de serviços, cada Parte assegurará, nos setores em que não tenha assumido compromissos específicos em conformidade com o GATS, que tais medidas:</p> <p>(i) sejam baseadas em critérios objetivos e transparentes, como a competência e a habilidade para prestar o serviço;</p> <p>(ii) não constituam uma discriminação arbitrária ou injustificável entre prestadores de serviços; e</p> <p>(iii) no caso de procedimentos em matéria de licenciamento, não constituam em si mesmas uma restrição à prestação de serviço.</p> <p>3. Caso uma Parte exija autorização para a prestação de um serviço, assegurará que</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevidéu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>4. Com o objetivo de assegurar que medidas relativas a requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, de normas técnicas e requisitos em matéria de licenças não constituam obstáculos desnecessários ao comércio de serviços, o Conselho para o Comércio de Serviços, por meio dos órgãos apropriados que venha a instituir, estabelecerá as disciplinas necessárias. Tais disciplinas objetivarão assegurar que tais requisitos, <i>inter alia</i>:</p> <p>a) sejam baseados em critérios objetivos e transparentes, tais como a competência e a habilidade para prestar o serviço;</p> <p>b) não sejam mais gravosas que o necessário para assegurar a qualidade do serviço;</p> <p>c) no caso dos procedimentos em matéria de licença, não constituam em si mesmos uma restrição para a prestação do serviço.</p> <p>5. a) Nos setores nos</p>	<p>apresentação de uma petição:</p> <p>i) Quando a petição estiver completa, deliberarão sobre a mesma informando o interessado; ou</p> <p>ii) Quando a petição não estiver completa, informarão o interessado sem atrasos desnecessários sobre o estado da petição, assim como sobre informações adicionais que forem exigidas de acordo com a lei do Estado Parte.</p> <p>4. Com o objetivo de assegurar que as medidas relativas às normas técnicas, requisitos e procedimentos em matéria de títulos de aptidão e os requisitos em matéria de licenças não constituam obstáculos desnecessários ao comércio de serviços, os Estados Partes velarão para que estes requisitos e procedimentos,</p>	<p>solicitante da decisão concernente a sua solicitação. A pedido do solicitante, as autoridades competentes da Parte Signatária fornecerão, sem demora injustificada, informação referente à situação da solicitação.</p> <p>6. As Partes Contratantes celebrarão, periodicamente, consultas com o intuito de determinar se é possível eliminar restrições remanescentes em matéria de cidadania ou de residência permanente relativas à concessão de licenças ou certificados de seus prestadores de serviços.</p>	<p>as autoridades competentes dessa Parte:</p> <p>(a) em um prazo razoável a partir da apresentação de uma solicitação considerada completa em conformidade com as leis e regulamentos dessa Parte, informem ao requerente sobre a decisão relativa ao seu pedido;</p> <p>(b) a pedido do requerente, forneçam, sem demora indevida, informações relativas à situação da solicitação;</p> <p>(c) em conformidade com as leis e regulamentos daquela Parte, no caso de solicitação incompleta, a pedido do requerente, identifiquem a informação adicional necessária para completar a solicitação e proporcionem a oportunidade de corrigir erros ou omissões menores;</p> <p>(d) na medida do praticável, estabeleçam prazos indicativos para o processamento de uma solicitação;</p> <p>(e) caso uma solicitação seja denegada, informem ao requerente, na medida do praticável, sobre as razões da denegação, seja de forma direta, seja a pedido do requerente; e</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>quais um Membro tenha assumido compromissos específicos, até a entrada em vigor das disciplinas que se elaborem para estes setores em virtude do parágrafo 4, dito Membro não aplicará requisitos em matéria de licenças e qualificações nem normas técnicas que anulem ou prejudiquem (nullify or impair) os compromissos específicos de modo que:</p> <p>i) não sejam conformes com os critérios descritos nas alíneas (a), (b) e (c) do parágrafo 4; e</p> <p>ii) não poderiam haver sido razoavelmente esperados da parte deste Membro no momento em que assumiu os compromissos específicos naqueles setores.</p> <p>b) Ao se determinar se um Membro cumpre a obrigação prevista na alínea (a) do presente parágrafo, serão levadas em conta normas internacionais das organizações internacionais competentes</p>	<p>dentre outras coisas:</p> <p>i) estejam baseados em critérios objetivos e transparentes, tais como a competência e a capacidade para prestar o serviço;</p> <p>ii) não sejam mais onerosos do que o necessário para assegurar a qualidade do serviço; e</p> <p>iii) no caso de procedimentos em matéria de licenças, não constituam em si mesmos uma restrição à prestação do serviço.</p> <p>5. Cada Estado Parte poderá estabelecer os procedimentos adequados para verificar a competência dos profissionais dos outros Estados Partes.</p>		<p>(f) na medida do praticável e em conformidade com a sua legislação interna, aceitem cópias de documentos que estejam autenticados, no lugar de documentos originais.</p> <p>4. Cada Parte deverá assegurar que qualquer taxa cobrada pela autoridade competente para autorizar a prestação de um serviço seja razoável, transparente e por si mesma não restrinja a prestação desse serviço. Para os fins deste parágrafo, “taxa” não inclui pagamentos para o uso dos recursos naturais, pagamentos de leilões, licitações ou outros meios não discriminatórios de outorga de concessões, ou contribuições obrigatórias para a prestação de serviço universal.</p> <p>5. Caso os requisitos de licenciamento ou qualificação incluam uma avaliação, cada Parte procurará assegurar que:</p> <p>(a) a avaliação seja programada em intervalos razoáveis; e</p> <p>(b) seja concedido prazo razoável que permita às pessoas interessadas apresentar solicitação para participar da avaliação.</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>aplicadas por aquele Membro.</p> <p>6. Nos setores em que sejam assumidos compromissos concernentes a serviços profissionais, cada Membro estabelecerá procedimentos adequados para verificar a competência dos profissionais de qualquer outro Membro.</p>			<p>6. Ao se determinar se uma Parte cumpre a obrigação estabelecida no parágrafo 2, serão tomados em conta os padrões internacionais das organizações internacionais competentes aplicados por essa Parte. Por “organizações internacionais competentes”, entendem-se os organismos internacionais dos quais possam ser Membros os organismos competentes das Partes.</p> <p>7. As Partes poderão celebrar consultas periodicamente com o objetivo de determinar se é possível eliminar as restrições restantes em matéria de nacionalidade ou residência permanente relativas à concessão de licenças ou certificações para seus respectivos prestadores de serviços.</p> <p>8. Cada Parte assegurará que existam procedimentos apropriados para verificar a competência dos profissionais da outra Parte.</p> <p>9. As Partes revisarão este Artigo considerando os avanços nas negociações que se realizem ao amparo do Artigo VI do GATS,</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevidéu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
			<p>com o objetivo de integrá-los a este Capítulo.</p> <p>10. As obrigações estabelecidas nos parágrafos 2, 3, 4, 5 e 8 serão aplicadas em conformidade com os termos, limitações e condições da Lista de Compromissos Específicos de cada Parte.</p> <p>11. No cumprimento deste Artigo, cada Parte tomará as medidas razoáveis que estejam a seu alcance, para garantir sua observância por instituições não governamentais existentes em seu território.</p>

Fonte: MDIC, ALADI e Planalto.

GATS: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1244492330.pdf>.

Acordo Mercosul-Chile:

<<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/f7a2d493807d9e8c032574e100640526/6ba70a0157ba3e3e03257f79005ea54e?OpenDocument>>.

Protocolo de Montevidéu: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6480.htm>.

Acordo Brasil-Peru: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/9-assuntos/categ-comercio-exterior/1508-acordo-de-ampliacao-economico-comercial-brasil-peru-ainda-sem-vigencia>>.

* Conforme Projeto Releitura: IC. Comentários sobre a Tradução Artigo VI. 2 No item (a), a melhor tradução para a palavra “remedies” seria “soluções” e não “recursos”; Artigo VI.3 No item (a), a melhor tradução para a palavra “application” seria “solicitação” e não “inscrição”, embora o termo inscrição sirva para distinguir da tradução proposta para o termo “request” (solicitação). Artigo VI.5 No item (a), a melhor tradução para a palavra “impair” seria “comprometam” e não “prejudiquem”, já que aquela tem um sentido mais abrangente do que esta. É claro que a alteração é menos ou mais vantajosa em função do interesse que o Membro pretende defender. Disponível em:

<<http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Publicacoes/14%20Acordo%20Geral%20sobre%20o%20Com%C3%A9rcio%20de%20Servi%C3%A7os%20%28GATS%20.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ANEXO III

TABELA COMPARATIVA DOS DISPOSITIVOS DE RECONHECIMENTO NOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO BRASIL COM OUTROS PARCEIROS COMERCIAIS

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>Artigo VII</p> <p>Reconhecimento</p> <p>1. Para efeito do cumprimento, no todo ou em parte, de suas normas e critérios para a autorização, licença ou certificação de prestadores de serviços, e sujeito às disposições do parágrafo 3, um Membro poderá reconhecer a educação ou experiência adquirida, os requisitos cumpridos ou as licenças ou certificados outorgados em um determinado país. Este reconhecimento poderá efetuar-se mediante a harmonização ou de outro modo, poderá basear-se em acordo ou convênio com o país em questão ou poderá ser outorgado de forma autônoma.</p> <p>2. Todo Membro que seja parte em</p>	<p>Artigo XI</p> <p>Reconhecimento</p> <p>1. Quando um Estado Parte reconhecer, de forma unilateral ou através de um acordo, a educação, a experiência, as licenças, as matrículas ou os certificados obtidos no território de outro Estado Parte ou de qualquer país que não integre o MERCOSUL:</p> <p>a) nada do disposto no presente Protocolo será interpretado no sentido de exigir a esse Estado Parte que reconheça a educação, a experiência, as licenças, as matrículas ou os certificados obtidos no território de outro Estado Parte; e</p> <p>b) o Estado Parte concederá a qualquer outro Estado Parte oportunidade adequada para (i) demonstrar que a educação, a experiência, as licenças, as matrículas e os certificados obtidos</p>	<p>Artigo VIII.</p> <p>Reconhecimento</p> <p>1. Quando uma Parte Signatária reconhecer, de forma autônoma ou por meio de um acordo, a educação ou a experiência adquirida, o cumprimento dos requisitos, as licenças ou certificados outorgados no território de outra Parte Signatária ou de qualquer país que não seja Parte Signatária:</p> <p>a) nada do disposto no presente Protocolo será interpretado no sentido de exigir que essa Parte Signatária conceda reconhecimento à educação ou experiência adquirida, ao cumprimento dos requisitos, às licenças ou aos certificados outorgados no território de outra Parte Signatária; e</p> <p>b) a Parte Signatária concederá a qualquer outra Parte Signatária oportunidade adequada para:</p> <p>i) demonstrar que a educação, a experiência, as licenças e os certificados outorgados em seu território também devam ser reconhecidos;</p>	<p>Artigo 3.8:</p> <p>Reconhecimento</p> <p>1. Para efeitos do cumprimento, no todo ou em parte, de suas normas ou critérios para autorização, licenciamento ou certificação dos prestadores de serviços, e sujeito às disposições do parágrafo 4, uma Parte poderá reconhecer a educação ou experiência adquiridas, os requisitos cumpridos, ou as licenças ou certificados outorgados em um país não Parte. Tal reconhecimento, que poderá se efetuar mediante a harmonização ou de outro modo, poderá se basear em um acordo ou convênio com o país em questão ou poderá ser outorgado de forma autônoma.</p> <p>2. Caso uma Parte reconheça, autonomamente ou</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
um acordo ou convênio do tipo a que se refere o parágrafo 1, atual ou futuro, concederá oportunidades adequadas aos demais Membros interessados para que negociem sua adesão a tal acordo ou convênio ou para que se negociem com aqueles outros comparáveis. Quando um Membro outorgar o reconhecimento de forma autônoma, concederá aos demais Membros oportunidade adequada para que demonstrem que a educação, a experiência, as licenças ou os certificados obtidos em seu território devem ser objeto de reconhecimento. 3. Nenhum Membro outorgará o reconhecimento de maneira que constitua um meio de discriminação entre países na aplicação de suas normas e critérios	em seu território também devam ser reconhecidos; ou, (ii) que possa celebrar um acordo ou convênio de efeito equivalente. 2. Cada Estado parte se compromete a alentar às entidades competentes em seus respectivos territórios, entre outras, às de natureza governamental, assim como associações e colégios profissionais, em cooperação com entidades competentes dos outros Estados Partes, a desenvolver normas e critérios mutuamente aceitáveis para o exercício das atividades e profissões pertinentes na esfera dos serviços, através do outorgamento de licenças, matrículas e certificados aos prestadores de serviços e a propor recomendações ao Grupo Mercado Comum sobre reconhecimento mútuo. 3. As normas e os critérios referidos no parágrafo 2 poderão ser desenvolvidos, entre outros, com base nos seguintes	ou, ii) que possa celebrar acordo ou convênio de efeito equivalente. 2. Na medida de suas faculdades, cada Parte Signatária estimulará as autoridades competentes em seus respectivos territórios a desenvolver normas e critérios comuns que facilitem o exercício das atividades profissionais em matéria de serviços. Quando se alcançar acordo entre as Partes Contratantes, as recomendações decorrentes serão apresentadas à Comissão Administradora do ACE 35. 3. As Partes Contratantes comprometem-se a realizar seus melhores esforços para buscar o aprofundamento das matérias estabelecidas no presente Artigo e se reunirão com tal objetivo um ano após a entrada em vigor do presente Protocolo. 4. Nenhuma Parte Signatária outorgará o reconhecimento de modo que constitua um meio de discriminação entre as Partes Signatárias na aplicação de suas normas ou critérios para a autorização ou a certificação dos prestadores de serviços ou a concessão de licenças aos mesmos, ou	por meio de um acordo ou convênio, a educação ou experiência adquiridas, os requisitos cumpridos ou as licenças ou certificações outorgadas no território de um país não Parte, nada no Artigo 3.3 (Tratamento de NMF) será interpretado no sentido de exigir que a Parte outorgue tal reconhecimento à educação ou experiência adquiridas, os requisitos cumpridos ou as licenças ou certificados outorgados no território da outra Parte. 3. Uma Parte que seja parte em um acordo ou convênio do tipo a que se refere o parágrafo 1, existente ou futuro, concederá oportunidades adequadas à outra Parte, caso a outra Parte estiver interessada, para que negocie sua adesão a tal acordo ou convênio ou

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>para a autorização, certificação ou concessão de licenças aos provedores de serviços, ou uma restrição encoberta ao comércio de serviços.</p> <p>4. Cada Membro:</p> <p>a) em um prazo de 12 meses a partir da data em que o Acordo Constitutivo da OMC tenha efeito para si, informará o Conselho para o Comércio de Serviços das medidas que tenha em vigor em matéria de reconhecimento e indicará se tais medidas se baseiam em acordos ou convênios do tipo a que se refere o parágrafo 1.</p> <p>b) informará prontamente o Conselho para o Comércio de Serviços tão antecipadamente quanto possível do início de negociações sobre um acordo ou convênio a que se refere o parágrafo 1.</p>	<p>elementos: educação, exames, experiência, conduta e ética, desenvolvimento profissional e renovação da certificação, âmbito de ação, conhecimento local, proteção ao consumidor e requisitos de nacionalidade, residência ou domicílio.</p> <p>4. Uma vez recebida a recomendação referida no parágrafo 2, o Grupo Mercado Comum a examinará dentro de um prazo razoável para determinar a sua consistência com este Protocolo. Baseando-se neste exame, cada Estado Parte se compromete a encarregar a suas respectivas autoridades competentes, quando assim for necessário, a implementação do decidido pelas instâncias competentes do MERCOSUL, dentro de um período mutuamente acordado.</p> <p>5. O Grupo Mercado Comum examinará periodicamente e, no mínimo uma vez a cada três anos, a</p>	<p>uma restrição encoberta ao comércio de serviços.</p>	<p>para que negocie com ela outro acordo ou convênio em termos comparáveis. Caso uma Parte outorgue o reconhecimento autonomamente, concederá à outra Parte oportunidades adequadas para que demonstre que a educação, a experiência, as licenças ou certificações obtidas ou os requisitos cumpridos no território dessa outra Parte devem ser objeto de reconhecimento.</p> <p>4. Nenhuma Parte outorgará o reconhecimento de maneira que constitua um meio de discriminação entre países na aplicação de suas normas ou critérios para a autorização ou certificação dos prestadores de serviços ou a concessão de licenças aos mesmos, ou uma restrição encoberta ao comércio de serviços.</p>

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevidéu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
<p>c) informará prontamente o Conselho para o Comércio de Serviços quando adotar novas medidas em matéria de reconhecimento ou modificar sensivelmente as existentes e indicará se as medidas se baseiam em um acordo a que se refere o parágrafo 1.</p> <p>5. Sempre que for apropriado, o reconhecimento deveria ser baseado em critérios acordados multilateralmente . Nos casos em que for apropriado, os Membros trabalharão em colaboração com organizações intergovernamentais e não governamentais competentes com vistas ao estabelecimento e adoção de normas e critérios internacionais comuns em matéria de reconhecimento e de normas internacionais</p>	implementação deste Artigo.		

Dispositivo de Regulamentação Doméstica nos Acordos do Brasil			
GATS*	Protocolo de Montevideu	Acordo Mercosul - Chile (ACE - 35)	Acordo Brasil - Peru
comuns para o exercício das atividades e profissões pertinentes em matéria de serviços.			

Fonte: MDIC, ALADI e Planalto.

GATS: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1244492330.pdf>.

Acordo Mercosul-Chile:

<<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/f7a2d493807d9e8c032574e100640526/6ba70a0157ba3e3e03257f79005ea54e?OpenDocument>>.

Protocolo de Montevideu: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6480.htm>.

Acordo Brasil-Peru: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/9-assuntos/categ-comercio-exterior/1508-acordo-de-ampliacao-economico-comercial-brasil-peru-ainda-sem-vigencia>>.

* Conforme Projeto Releitura: Artigo VII.2 A expressão “para que se negociem com aqueles outros comparáveis”, na terceira linha, não representa uma tradução adequada das versões oficiais desse Artigo. Na língua portuguesa, poderia ser substituída pela expressão “(...) concederá oportunidades adequadas aos demais Membros interessados para que negociem a sua adesão a tal acordo ou convênio ou para que sejam negociados acordos comparáveis”. Na última linha do parágrafo 2, houve a supressão do termo “requirements met” da versão inglesa. Dessa forma, com as propostas, o texto do Artigo VII.2 ficaria dessa forma: “(...) as licenças, ou certificados obtidos ou os requisitos cumpridos”. Artigo VII.4 Uma parte importante do item (b) não consta na versão em português, a saber: a expressão: “in order to provide adequate opportunity to any other Member to indicate their interest in participating in the negotiations before they enter a substantive phase”. Tal trecho poderia ter sido traduzido como “com o intuito de se prover adequadas oportunidades para que qualquer Membro indique seu interesse em participar das negociações antes que estas deem início a suas fases substanciais”. No item (c) desse mesmo Artigo, foi suprimido o termo “arrangement”, presente nas versões oficiais. Ressalte-se que, nos itens VII.4 (a) e (b), a mesma expressão incluía a palavra “convênio”. Sendo assim, deve-se incluir o termo “convênio” na última linha do subitem (c). Artigo VII.5 Na versão portuguesa, o verbo “deveria” corresponderia melhor às versões oficiais do texto legal se tivesse sido traduzido como “deverá”. Na versão espanhola, esse é o verbo utilizado. O uso do modo indicativo enfatiza o caráter normativo. Por fim, o adjetivo “competentes”, na versão em português (terceira linha), não encontra correspondência exata na versão inglesa. Contudo, a versão em francês assemelha-se à versão em português, trazendo o adjetivo “compétentes” para qualificar organizações intergovernamentais e não governamentais. Da mesma forma, o adjetivo “competentes” é utilizado na versão em espanhol. Por essa razão, não haveria necessidade de alteração da expressão utilizada no Decreto nº 1.355/94. No entanto, uma possível sugestão de tradução seria usar os adjetivos “relevantes”, ou “atuantes” para qualificar as organizações em questão. Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Publicacoes/14%20Acordo%20Geral%20sobre>>

e%20o%20Com%C3%A9rcio%20de%20Servi%C3%A7os%20%28GATS%29.pdf>.
Acesso em: 21 out. 2017.

ANEXO IV

MAPEAMENTO DE DISPOSITIVOS DOS CAPÍTULOS DE SERVIÇOS DO TPP DE COERÊNCIA REGULATÓRIA

Capítulo	Texto
Chapter 10 - Cross Border Trade in Service	<p>Article 10.3: National Treatment²</p> <p>1. Each Party shall accord to services and service suppliers of another Party treatment no less favourable than that it accords, in like circumstances, to its own services and service suppliers.</p> <p>2. For greater certainty, the treatment to be accorded by a Party under paragraph 1 means, with respect to a regional level of government, treatment no less favourable than the most favourable treatment accorded, in like circumstances, by that regional level of government to service suppliers of the Party of which it forms a part.</p> <p>2 For greater certainty, whether treatment is accorded in “like circumstances” under Article 10.3 (National Treatment) or Article 10.4 (Most-Favoured-Nation Treatment) depends on the totality of the circumstances, including whether the relevant treatment distinguishes between services or service suppliers on the basis of legitimate public welfare objectives.</p>
	<p>Article 10.4: Most-Favoured-Nation Treatment</p> <p>Each Party shall accord to services and service suppliers of another Party treatment no less favourable than that it accords, in like circumstances, to services and service suppliers of any other Party or a non-Party.</p>
	<p>Article 10.5: Market Access</p> <p>No Party shall adopt or maintain, either on the basis of a regional subdivision or on the basis of its entire territory, measures that:</p> <p>(a) impose limitations on:</p> <p>(i) the number of service suppliers, whether in the form of numerical quotas, monopolies, exclusive service suppliers or the requirement of an economic needs test;</p> <p>(ii) the total value of service transactions or assets in the form of numerical quotas or the requirement of an economic needs test;</p> <p>(iii) the total number of service operations or the total quantity of service output expressed in terms of designated numerical units in the form of quotas or the requirement of an economic needs test;³ or</p> <p>(iv) the total number of natural persons that may be employed in a particular service sector or that a</p>

Capítulo	Texto
	<p>service supplier may employ and who are necessary for, and directly related to, the supply of a specific service in the form of numerical quotas or the requirement of an economic needs test; or</p> <p>(b) restrict or require specific types of legal entity or joint venture through which a service supplier may supply a service.</p> <p>3 Subparagraph (a)(iii) does not cover measures of a Party which limit inputs for the supply of services.</p>
	<p>Article 10.8: Domestic Regulation</p> <p>1. Each Party shall ensure that all measures of general application affecting trade in services are administered in a reasonable, objective and impartial manner.</p> <p>2. With a view to ensuring that measures relating to qualification requirements and procedures, technical standards and licensing requirements do not constitute unnecessary barriers to trade in services, while recognising the right to regulate and to introduce new regulations on the supply of services in order to meet its policy objectives, each Party shall endeavour to ensure that any such measures that it adopts or maintains are: (a) based on objective and transparent criteria, such as competence and the ability to supply the service; and (b) in the case of licensing procedures, not in themselves a restriction on the supply of the service.</p> <p>3. In determining whether a Party is in conformity with its obligations under paragraph 2, account shall be taken of international standards of relevant international organisations applied by that Party. ⁶</p> <p>4. If a Party requires authorisation for the supply of a service, it shall ensure that its competent authorities:</p> <p>(a) within a reasonable period of time after the submission of an application considered complete under its laws and regulations, inform the applicant of the decision concerning the application;</p> <p>(b) to the extent practicable, establish an indicative timeframe for the processing of an application;</p> <p>(c) if an application is rejected, to the extent practicable, inform the applicant of the reasons for the rejection, either directly or on request, as appropriate;</p> <p>(d) on request of the applicant, provide, without undue delay, information concerning the status of the application;</p> <p>(e) to the extent practicable, provide the applicant with the opportunity to correct minor errors and omissions in the application and endeavour to provide guidance on the additional information required; and</p>

Capítulo	Texto
	<p>(f) if they deem appropriate, accept copies of documents that are authenticated in accordance with the Party's laws in place of original documents.</p> <p>5. Each Party shall ensure that any authorisation fee charged by any of its competent authorities is reasonable, transparent and does not, in itself, restrict the supply of the relevant service.⁷</p> <p>6. If licensing or qualification requirements include the completion of an examination, each Party shall ensure that:</p> <p>(a) the examination is scheduled at reasonable intervals; and</p> <p>(b) a reasonable period of time is provided to enable interested persons to submit an application.</p> <p>7. Each Party shall ensure that there are procedures in place domestically to assess the competency of professionals of another Party.</p> <p>8. Paragraphs 1 through 7 shall not apply to the non-conforming aspects of measures that are not subject to the obligations under Article 10.3 (National Treatment) or Article 10.5 (Market Access) by reason of an entry in a Party's Schedule to Annex I, or to measures that are not subject to the obligations under Article 10.3 (National Treatment) or Article 10.5 (Market Access) by reason of an entry in a Party's Schedule to Annex II.</p> <p>9. If the results of the negotiations related to paragraph 4 of Article VI of GATS, or the results of any similar negotiations undertaken in other multilateral fora in which the Parties participate, enter into effect, the Parties shall jointly review these results with a view to bringing them into effect, as appropriate, under this Agreement.</p> <p>6 "Relevant international organisations" refers to international bodies whose membership is open to the relevant bodies of at least all Parties to the Agreement.</p> <p>7 For the purposes of this paragraph, authorisation fees do not include fees for the use of natural resources, payments for auction, tendering or other non-discriminatory means of awarding concessions, or mandated contributions to universal service provision.</p>

Capítulo	Texto
	<p>Article 10.9: Recognition</p> <p>1. For the purposes of the fulfilment, in whole or in part, of a Party's standards or criteria for the authorisation, licensing or certification of service suppliers, and subject to the requirements of paragraph 4, it may recognise the education or experience obtained, requirements met, or licences or certifications granted, in the territory of another Party or a non-Party. That recognition, which may be achieved through harmonisation or otherwise, may be based on an agreement or arrangement with the Party or non-Party concerned, or may be accorded autonomously.</p> <p>2. If a Party recognises, autonomously or by agreement or arrangement, the education or experience obtained, requirements met, or licenses or certifications granted, in the territory of another Party or a non-Party, nothing in Article 10.4 (Most-Favoured-Nation Treatment) shall be construed to require the Party to accord recognition to the education or experience obtained, requirements met, or licenses or certifications granted, in the territory of any other Party.</p> <p>3. A Party that is a party to an agreement or arrangement of the type referred to in paragraph 1, whether existing or future, shall afford adequate opportunity to another Party, on request, to negotiate its accession to that agreement or arrangement, or to negotiate a comparable agreement or arrangement. If a Party accords recognition autonomously, it shall afford adequate opportunity to another Party to demonstrate that education, experience, licences or certifications obtained or requirements met in that other Party's territory should be recognised.</p> <p>4. A Party shall not accord recognition in a manner that would constitute a means of discrimination between Parties or between Parties and non-Parties in the application of its standards or criteria for the authorisation, licensing or certification of service suppliers, or a disguised restriction on trade in services.</p> <p>5. As set out in Annex 10-A (Professional Services), the Parties shall endeavour to facilitate trade in professional services, including through the establishment of a Professional Services Working Group.</p>

Capítulo	Texto
	<p>Article 10.11: Transparency</p> <p>1. Each Party shall maintain or establish appropriate mechanisms for responding to inquiries from interested persons regarding its regulations that relate to the subject matter of this Chapter.⁸</p> <p>2. If a Party does not provide advance notice and opportunity for comment pursuant to Article 26.2.2 (Publication) with respect to regulations that relate to the subject matter in this Chapter, it shall, to the extent practicable, provide in writing or otherwise notify interested persons of the reasons for not doing so.</p> <p>3. To the extent possible, each Party shall allow reasonable time between publication of final regulations and the date when they enter into effect.</p> <p>Annex 10-A - Professional Services</p> <p>General Provisions</p> <p>1. Each Party shall consult with relevant bodies in its territory to seek to identify professional services when two or more Parties are mutually interested in establishing dialogue on issues that relate to the recognition of professional qualifications, licensing or registration.</p> <p>2. Each Party shall encourage its relevant bodies to establish dialogues with the relevant bodies of other Parties, with a view to recognising professional qualifications, and facilitating licensing or registration procedures.</p> <p>3. Each Party shall encourage its relevant bodies to take into account agreements that relate to professional services in the development of agreements on the recognition of professional qualifications, licensing and registration.</p> <p>(...)</p> <p>Engineering and Architectural Services</p> <p>5. Further to paragraph 3, the Parties recognise the work in APEC to promote the mutual recognition of professional competence in engineering and architecture, and the professional mobility of these professions, under the APEC Engineer and APEC Architect frameworks.</p> <p>6. Each Party shall encourage its relevant bodies to work towards becoming authorised to operate APEC Engineer and APEC Architect Registers.</p> <p>7. A Party shall encourage its relevant bodies operating APEC Engineer or APEC Architect Registers to enter into mutual recognition arrangements with the relevant bodies of other Parties operating those registers.</p>

Capítulo	Texto
	<p>Temporary Licensing or Registration of Engineers</p> <p>8. Further to paragraph 4, in taking steps to implement a temporary or project-specific licensing or registration regime for engineers, a Party shall consult with its relevant professional bodies with respect to any recommendations for:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) the development of procedures for the temporary licensing or registration of engineers of another Party to permit them to practise their engineering specialties in its territory; (b) the development of model procedures for adoption by the competent authorities throughout its territory to facilitate the temporary licensing or registration of those engineers; (c) the engineering specialties to which priority should be given in developing temporary licensing or registration procedures; and (d) other matters relating to the temporary licensing or registration of engineers identified in the consultations. <p>Legal Services</p> <p>9. The Parties recognise that transnational legal services that cover the laws of multiple jurisdictions play an essential role in facilitating trade and investment and in promoting economic growth and business confidence.</p> <p>10. If a Party regulates or seeks to regulate foreign lawyers and transnational legal practice, the Party shall encourage its relevant bodies to consider, subject to its laws and regulations, whether or in what manner:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) foreign lawyers may practise foreign law on the basis of their right to practise that law in their home jurisdiction; (b) foreign lawyers may prepare for and appear in commercial arbitration, conciliation and mediation proceedings; (c) local ethical, conduct and disciplinary standards are applied to foreign lawyers in a manner that is no more burdensome for foreign lawyers than the requirements imposed on domestic (host country) lawyers; (d) alternatives for minimum residency requirements are provided for foreign lawyers, such as requirements that foreign lawyers disclose to clients their status as a foreign lawyer, or maintain professional indemnity insurance or alternatively disclose to clients that they lack that insurance; (e) the following modes of providing transnational

Capítulo	Texto
	<p>legal services are accommodated:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) on a temporary fly-in, fly-out basis; (ii) through the use of web-based or telecommunications technology; (iii) by establishing a commercial presence; and (iv) through a combination of fly-in, fly-out and one or both of the other modes listed in subparagraphs (ii) and (iii); (f) foreign lawyers and domestic (host country) lawyers may work together in the delivery of fully integrated transnational legal services; and (g) a foreign law firm may use the firm name of its choice. <p>Professional Services Working Group</p> <p>11. The Parties hereby establish a Professional Services Working Group (Working Group), composed of representatives of each Party, to facilitate the activities listed in paragraphs 1 through 4.</p> <p>12. The Working Group shall liaise, as appropriate, to support the Parties' relevant professional and regulatory bodies in pursuing the activities listed in paragraphs 1 through 4. This support may include providing points of contact, facilitating meetings and providing information regarding regulation of professional services in the Parties' territories.</p> <p>13. The Working Group shall meet annually, or as agreed by the Parties, to discuss progress towards the objectives in paragraphs 1 through 4. For a meeting to be held, at least two Parties must participate. It is not necessary for representatives of all Parties to participate in order to hold a meeting of the Working Group.</p> <p>14. The Working Group shall report to the Commission on its progress and on the future direction of its work, within two years of the date of entry into force of this Agreement.</p> <p>15. Decisions of the Working Group shall have effect only in relation to those Parties that participated in the meeting at which the decision was taken, except if:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) otherwise agreed by all Parties; or (b) a Party that did not participate in the meeting requests to be covered by the decision and all Parties originally covered by the decision agree.
<p style="text-align: center;">CHAPTER 12 TEMPORARY ENTRY FOR BUSINESS PERSONS</p>	<p>Article 12.5: Business Travel</p> <p>The Parties affirm their commitments to each other in the context of APEC to enhance the mobility of business persons, including through exploration and voluntary development of trusted traveller</p>

Capítulo	Texto
	<p>programmes, and their support for efforts to enhance the APEC Business Travel Card programme.</p> <p>Article 12.8: Cooperation Recognising that the Parties can benefit from sharing their diverse experience in developing and applying procedures related to visa processing and border security, the Parties shall consider undertaking mutually agreed cooperation activities, subject to available resources, including by: (a) providing advice on the development and implementation of electronic processing systems for visas; (b) sharing experiences with regulations, and the implementation of programmes and technology related to: (i) border security, including those related to the use of biometric technology, advanced passenger information systems, frequent passenger programmes and security in travel documents; and (ii) the expediting of certain categories of applicants in order to reduce facility and workload constraints; and (c) cooperating in multilateral fora to promote processing enhancements, such as those listed in subparagraphs (a) and (b).</p>
<p style="text-align: center;">CHAPTER 13 TELECOMMUNICATIONS</p>	<p>Article 13.3: Approaches to Regulation 1. The Parties recognise the value of competitive markets to deliver a wide choice in the supply of telecommunications services and to enhance consumer welfare, and that economic regulation may not be needed if there is effective competition or if a service is new to a market. Accordingly, the Parties recognise that regulatory needs and approaches differ market by market, and that each Party may determine how to implement its obligations under this Chapter. 2. In this respect, the Parties recognise that a Party may: (a) engage in direct regulation either in anticipation of an issue that the Party expects may arise or to resolve an issue that has already arisen in the market; (b) rely on the role of market forces, particularly with respect to market segments that are, or are likely to be, competitive or that have low barriers to entry, such as services provided by telecommunications suppliers that do not own network facilities;² or (c) use any other appropriate means that benefit the long-term interest of end-users. 3. When a Party engages in direct regulation, it may</p>

Capítulo	Texto
	<p>nonetheless forbear, to the extent provided for in its law, from applying that regulation to a service that the Party classifies as a public telecommunications service, if its telecommunications regulatory body or other competent body determines that: (a) enforcement of the regulation is not necessary to prevent unreasonable or discriminatory practices; (b) enforcement of the regulation is not necessary for the protection of consumers; and (c) forbearance is consistent with the public interest, including promoting and enhancing competition between suppliers of public telecommunications services.</p> <p>2 Consistent with paragraph 2(b), the United States, based on its evaluation of the state of competition of the U.S. commercial mobile market, has not applied major supplier-related measures pursuant to Articles 13.7 (Treatment by Major Suppliers of Public Telecommunication Services), 13.9.2 (Resale), 13.11 (Interconnection with Major Suppliers), 13.13 (Co-Location by Major Suppliers), or 13.14 (Access to Poles, Ducts, Conduits and Rights-of-Way Owned or Controlled by Major Suppliers) to the commercial mobile market.</p>
	<p>Article 13.25: Relation to International Organisations</p> <p>The Parties recognise the importance of international standards for global compatibility and interoperability of telecommunications networks and services and undertake to promote those standards through the work of relevant international organisations.</p>
	<p>Article 13.26: Committee on Telecommunications</p> <p>1. The Parties hereby establish a Committee on Telecommunications (Committee) composed of government representatives of each Party.</p> <p>2. The Committee shall:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) review and monitor the implementation and operation of this Chapter, with a view to ensuring the effective implementation of the Chapter by enabling responsiveness to technological and regulatory developments in telecommunications to ensure the continuing relevance of this Chapter to Parties, service suppliers and end users; (b) discuss any issues related to this Chapter and any other issues relevant to the telecommunications sector as may be decided by the Parties; (c) report to the Commission on the findings and the outcomes of discussions of the Committee; and (d) carry out other functions delegated to it by the

Capítulo	Texto
	<p>Commission.</p> <p>3. The Committee shall meet at such venues and times as the Parties may decide.</p> <p>4. The Parties may decide to invite representatives of relevant entities other than the Parties, including representatives of private sector entities, having the necessary expertise relevant to the issues to be discussed, to attend meetings of the Committee.</p>
<p style="text-align: center;">CHAPTER 14 ELECTRONIC COMMERCE</p>	<p>Article 14.5: Domestic Electronic Transactions Framework</p> <p>1. Each Party shall maintain a legal framework governing electronic transactions consistent with the principles of the UNCITRAL Model Law on Electronic Commerce 1996 or the United Nations Convention on the Use of Electronic Communications in International Contracts, done at New York November 23, 2005.</p> <p>2. Each Party shall endeavour to:</p> <p>(a) avoid any unnecessary regulatory burden on electronic transactions; and</p> <p>(b) facilitate input by interested persons in the development of its legal framework for electronic transactions.</p>
	<p>Article 14.7: Online Consumer Protection</p> <p>1. The Parties recognise the importance of adopting and maintaining transparent and effective measures to protect consumers from fraudulent and deceptive commercial activities as referred to in Article 16.7.2 (Consumer Protection) when they engage in electronic commerce.</p> <p>2. Each Party shall adopt or maintain consumer protection laws to proscribe fraudulent and deceptive commercial activities that cause harm or potential harm to consumers engaged in online commercial activities.</p> <p>3. The Parties recognise the importance of cooperation between their respective national consumer protection agencies or other relevant bodies on activities related to cross-border electronic commerce in order to enhance consumer welfare. To this end, the Parties affirm that the cooperation sought under Article 16.7.5 and Article 16.7.6 (Consumer Protection) includes cooperation with respect to online commercial activities.</p>
	<p>Article 14.8: Personal Information Protection⁵</p> <p>1. The Parties recognise the economic and social benefits of protecting the personal information of users of electronic commerce and the contribution that this makes to enhancing consumer confidence in</p>

Capítulo	Texto
	<p>electronic commerce.</p> <p>2. To this end, each Party shall adopt or maintain a legal framework that provides for the protection of the personal information of the users of electronic commerce. In the development of its legal framework for the protection of personal information, each Party should take into account principles and guidelines of relevant international bodies.⁶</p> <p>3. Each Party shall endeavour to adopt non-discriminatory practices in protecting users of electronic commerce from personal information protection violations occurring within its jurisdiction.</p> <p>4. Each Party should publish information on the personal information protections it provides to users of electronic commerce, including how:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) individuals can pursue remedies; and (b) business can comply with any legal requirements. <p>5. Recognising that the Parties may take different legal approaches to protecting personal information, each Party should encourage the development of mechanisms to promote compatibility between these different regimes. These mechanisms may include the recognition of regulatory outcomes, whether accorded autonomously or by mutual arrangement, or broader international frameworks. To this end, the Parties shall endeavour to exchange information on any such mechanisms applied in their jurisdictions and explore ways to extend these or other suitable arrangements to promote compatibility between them.</p> <p>5 Brunei Darussalam and Viet Nam are not required to apply this Article before the date on which that Party implements its legal framework that provides for the protection of personal data of the users of electronic commerce.</p>
	<p>Article 14.14: Unsolicited Commercial Electronic Messages⁸</p> <p>1. Each Party shall adopt or maintain measures regarding unsolicited commercial electronic messages that:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) require suppliers of unsolicited commercial electronic messages to facilitate the ability of recipients to prevent ongoing reception of those messages; (b) require the consent, as specified according to the laws and regulations of each Party, of recipients to receive commercial electronic messages; or (c) otherwise provide for the minimisation of unsolicited commercial electronic messages. <p>2. Each Party shall provide recourse against suppliers</p>

Capítulo	Texto
	<p>of unsolicited commercial electronic messages that do not comply with the measures adopted or maintained pursuant to paragraph 1.</p> <p>3. The Parties shall endeavour to cooperate in appropriate cases of mutual concern regarding the regulation of unsolicited commercial electronic messages.</p> <p>8 Brunei Darussalam is not required to apply this Article before the date on which it implements its legal framework regarding unsolicited commercial electronic messages.</p> <p>Article 14.15: Cooperation Recognising the global nature of electronic commerce, the Parties shall endeavour to:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) work together to assist SMEs to overcome obstacles to its use; (b) exchange information and share experiences on regulations, policies, enforcement and compliance regarding electronic commerce, including: <ul style="list-style-type: none"> (i) personal information protection; (ii) online consumer protection including means for consumer redress and building consumer confidence; (iii) unsolicited commercial electronic messages; (iv) security in electronic communications; (v) authentication; and (vi) e-government; (c) exchange information and share views on consumer access to products and services offered online among the Parties; (d) participate actively in regional and multilateral fora to promote the development of electronic commerce; and (e) encourage development by the private sector of methods of self-regulation that foster electronic commerce, including codes of conduct, model contracts, guidelines and enforcement mechanisms. <p>Article 14.16: Cooperation on Cybersecurity Matters The Parties recognise the importance of:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) building the capabilities of their national entities responsible for computer security incident response; and (b) using existing collaboration mechanisms to cooperate to identify and mitigate malicious intrusions or dissemination of malicious code that affect the electronic networks of the Parties.

Fonte: Elaboração própria com informações do acordo TPP.

ANEXO V

MAPEAMENTO DE DISPOSITIVOS DOS CAPÍTULOS DE SERVIÇOS DO TTIP DE COERÊNCIA REGULATÓRIA

Capítulo	Texto
CHAPTER III - CROSS BORDER SUPPLY OF SERVICES	Article 3-2 Market Access In sectors or subsectors where market access commitments are undertaken, neither Party shall adopt or maintain with regards to market access through the cross-border supply of services, either on the basis of its entire territory or on the basis of a territorial sub-division, measures that impose: (a) limitations on the number of services suppliers whether in the form of numerical quotas, monopolies, exclusive service suppliers or the requirements of an economic needs test; (b) limitations on the total value of service transactions or assets in the form of numerical quotas or the requirement of an economic needs test; (c) limitations on the total number of service operations or on the total quantity of service output expressed in the terms of designated numerical units in the form of quotas or the requirement of an economic needs test.
	Article 3-3 National Treatment 1. Each Party shall accord to services and service suppliers of the other Party, in respect of all measures affecting the cross-border supply of services, treatment no less favourable than the treatment it accords, in like situations, to its own services and services suppliers. 2. A Party may meet the requirement of paragraph 1 by according to services and service suppliers of the other Party either formally identical treatment or formally different treatment to that it accords to its own like services and service suppliers. 3. Formally identical or formally different treatment shall be considered to be less favourable if it modifies the conditions of competition in favour of services or service suppliers of the Party compared to like services or service suppliers of the other Party. 4. Nothing in this article shall be construed to require any Party to compensate for inherent competitive disadvantages which result from the foreign character of the relevant services or services suppliers.

Capítulo	Texto
	<p>13 For greater certainty, Article 2-3 (National Treatment) shall also be interpreted in accordance with paragraphs 2, 3 and 4 with respect to economic activities performed through establishment.</p> <p>Article 3-4 Most Favoured Nation Treatment 1. Each Party shall accord to shall grant to services and service suppliers of the other Party, in respect of all measures affecting the cross-border supply of services, treatment no less favourable than the treatment it accords, in like situations, to services and service suppliers of any non-Party. 2. Paragraph 1 shall not be construed to oblige a Party to extend to services and service suppliers of the other Party the benefit of any treatment resulting from: (a) [reference to double taxation agreements in case not covered by horizontal provisions in the agreement] (b) measures providing for the recognition of qualifications, licences or prudential measures in accordance with Article VII of the General Agreement on Trade in Services or its Annex on Financial Services.</p> <p>Article 3-5 Reservations and Exceptions 1. Articles X (National Treatment), X (Most Favoured Nation Treatment) do not apply to: (a) any existing non-conforming measure that is maintained by a Party at the level of: (i) the European Union, as set out in its Annex I; (ii) a national government, as set out by that Party in its Annex I; (iii) regional government, as set out by that Party in its Annex I; or (iv) a local government. (b) the continuation or prompt renewal of any non-conforming measure referred to in subparagraph (a); or (c) an amendment to any non-conforming measure referred to in subparagraph (a) to the extent that the amendment does not decrease the conformity of the measure, as it existed immediately before the amendment, with Articles X (National Treatment), X (Most Favoured Nation Treatment). 2. Articles X (National Treatment), X (Most Favoured Nation Treatment) do not apply to measures that a Party adopts or maintains with respect to sectors, subsectors or activities, as set out in its Annex II.</p>

Capítulo	Texto
	<p>3. Article X (Market Access) does not apply to:</p> <p>(a) any existing measure that is maintained by a Party at the level of a local government; the continuation or prompt renewal of such a non-conforming measure; or an amendment to such a measure to the extent that the amendment does not decrease the conformity of the measure, as it existed immediately before the amendment with Article X (Market Access).</p> <p>(b) any measure that a Party adopts or maintains with respect to committed sectors or subsectors as set out in its Annex III.</p>
<p>CHAPTER V - REGULATORY FRAMEWORK</p> <p>SECTION I - DOMESTIC REGULATION</p>	<p>Article 5-2 Conditions for licencing and qualification</p> <p>1. Each Party shall ensure that measures relating to licencing requirements and procedures, qualification requirements and procedures are based on criteria which preclude the competent authorities from exercising their power of assessment in an arbitrary manner.</p> <p>2. The criteria referred to in paragraph 1 shall be:</p> <p>(a) proportionate to a legitimate public policy objective;</p> <p>(b) clear and unambiguous;</p> <p>(c) objective;</p> <p>(d) pre-established;</p> <p>(e) made public in advance;</p> <p>(f) transparent and accessible.</p> <p>3. An authorisation or a licence shall be granted as soon as it is established, in the light of an appropriate examination, that the conditions for obtaining an authorisation or licence have been met.</p> <p>4. Each Party shall maintain or institute judicial, arbitral or administrative tribunals or procedures which provide, at the request of an affected investor or service supplier, for a prompt review of, and where justified, appropriate remedies for, administrative decisions affecting the supply of a service or the the pursuit of any other economic activity. Where such procedures are not independent of the agency entrusted with the administrative decision concerned, each Party shall ensure that the procedures in fact provide for an objective and impartial review.</p> <p>5. Where the number of licences available for a given activity is limited because of the scarcity of available natural resources or technical capacity, each Party shall apply a selection procedure to potential candidates which provides full guarantees</p>

Capítulo	Texto
	<p>of impartiality and transparency, including, in particular, adequate publicity about the launch, conduct and completion of the procedure.</p> <p>6. Subject to the provisions specified by this Article, in establishing the rules for the selection procedure, each Party may take into account legitimate public policy objectives, including considerations of health, safety, consumer protection, the protection of the environment and the preservation of cultural heritage.</p>
	<p>Article 5-3 Licencing and qualification procedures</p> <p>1. Licencing and qualification procedures and formalities shall be clear, made public in advance and be such as to provide the applicants with a guarantee that their application will be dealt with objectively and impartially.</p> <p>2. Licencing and qualification procedures and formalities shall be as simple as possible and shall not unduly complicate or delay the provision of the service or the pursuit of the economic activity. Any authorization fees¹⁶ which the applicants may incur from their application should be reasonable and proportionate to the cost of the authorisation procedures in question.</p> <p>3. Each party shall ensure that the procedures used by, and the decisions of, the competent authority in the licencing or authorisation process are impartial with respect to all applicants. The competent authority should reach its decision in an independent manner and not be accountable to any person supplying a service or pursuing an economic activity for which the licence or authorisation is required.</p> <p>4. Where specific time periods for applications exist, an applicant shall be allowed a reasonable period for the submission of an application. The competent authority shall initiate the processing of an application without undue delay. Where possible, applications should be accepted in electronic format under the same conditions of authenticity as paper submissions.</p> <p>5. Each Party shall ensure that the processing of an application, including reaching a final decision, is completed within a reasonable timeframe from the submission of a complete application. Each Party shall endeavour to establish the normal timeframe for processing of an application.</p>

Capítulo	Texto
	<p>6. The competent authority shall, within a reasonable period of time after receipt of an application which it considers incomplete, inform the applicant, to the extent feasible identify the additional information required to complete the application, and provide the opportunity to correct deficiencies.</p> <p>7. Authenticated copies should be accepted, where possible, in place of original documents.</p> <p>8. If an application is rejected by the competent authority, the applicant shall be informed in writing and without undue delay. In principle, the applicant shall, upon request, also be informed of the reasons for rejection of the application and of the timeframe for an appeal against the decision. An applicant should be permitted, within reasonable time limits, to resubmit an application.</p> <p>9. Each Party shall ensure that a licence or an authorisation, once granted, enters into effect without undue delay in accordance with the terms and conditions specified therein.</p>
<p>CHAPTER V - REGULATORY FRAMEWORK SECTION II - PROVISIONS OF GENERAL APPLICATION</p>	<p>Article 5-4 Transparency and disclosure of confidential information</p> <p>1. Each Party shall respond promptly to all requests by the other Party for specific information on any of its measures of general application or international agreements which pertain to or affect this Agreement. Each Party shall also establish one or more enquiry points to provide specific information to investors and services suppliers of the other Party, upon request, on all such matters. The Parties shall notify each other enquiry points within 3 months after entry into force of this agreement. Enquiry points need not be depositories of laws and regulations.</p> <p>2. Nothing in this Agreement shall require any Party to provide confidential information, the disclosure of which would impede law enforcement, or otherwise be contrary to the public interest, or which would prejudice legitimate commercial interests of particular enterprises, public or private.</p>

Capítulo	Texto
<p>CHAPTER V - REGULATORY FRAMEWORK SECTION III - MUTUAL RECOGNITION OF PROFESSIONAL QUALIFICATIONS</p>	<p>Article 5-6 Objectives and Scope</p> <p>1. This Section establishes the framework to facilitate a fair, transparent and consistent regime for the mutual recognition of professional qualifications by the Parties and sets out the general conditions for the negotiation of MRAs.</p> <p>2. This Section applies to professions which are regulated in each Party, including in all or some Member States of the European Union and as regards the United States in all or some states, the District of Columbia, Puerto Rico.</p> <p>3. A Party shall not accord recognition in a manner that would constitute a means of discrimination in the application of its criteria for the authorisation, licensing or certification of a service supplier, or that would constitute a disguised restriction on trade in services.</p> <p>4. A MRA adopted pursuant to this Section shall apply throughout the entire territory of the EU and the US.</p>
	<p>Article 5-7 Negotiation of a MRA</p> <p>1. The Parties shall encourage its Relevant Authorities or professional bodies, as appropriate, to develop and provide to the Committee on Mutual Recognition of Professional Qualifications (“MRA Committee”) joint recommendations on proposed MRAs.</p> <p>2. A recommendation shall provide an assessment as to the compatibility of the respective licensing or qualification regimes and the intended approach for the negotiation of a MRA. In addition, it shall provide an assessment of the potential economic value of a MRA, on the basis of criteria such as the existing level of market openness, industry needs, and business opportunities, for example, the number of professionals likely to benefit from the MRA, the existence of other MRAs in the sector, and expected gains in terms of economic and business development.</p> <p>3. In light of each Party’s consultations with its respective Relevant Authorities, the MRA Committee shall, within a reasonable period of time, review the recommendation with a view to ensuring its consistency with the requirements of this Section. If these requirements are satisfied, the MRA Committee shall establish the necessary steps to negotiate a draft MRA.</p> <p>4. The negotiating entities shall thereafter pursue the negotiation, involving their respective Relevant</p>

Capítulo	Texto
	<p>Authorities, as needed, and submit a draft MRA text to the MRA Committee.</p> <p>5. If in the view of the MRA Committee the MRA is consistent with the Agreement, the MRA Committee shall adopt the MRA by means of a decision.</p> <hr/> <p>Article 5-8 Recognition</p> <p>1. The recognition of professional qualifications provided by a MRA shall allow the beneficiary to take up and pursue professional activities in the host jurisdiction, in accordance with the terms and conditions specified in the MRA.</p> <p>2. If the professional qualifications of a service supplier in a Party are recognised by the other Party pursuant to a MRA, a Relevant Authority of the host jurisdiction shall accord to this service supplier treatment no less favourable than that accorded in like situations to a like service supplier whose professional qualifications have been certified or attested in the host Party's jurisdiction.</p> <p>3. Recognition under a MRA cannot be conditioned upon:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) a service supplier meeting a citizenship or any form of residency requirement; or (b) a service supplier's education, experience or training having been acquired in the host Party's jurisdiction. <hr/> <p>Article 5-9 Committee on Mutual Recognition of Professional Qualifications</p> <p>1. The Committee on Mutual Recognition of Professional Qualifications (MRA Committee), established under Article XX, and responsible for the implementation of Article X and X shall:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) be composed and co-chaired by the United States and the European Union; (b) comprise of representatives of each Party which must be different from the Relevant Authorities or professional bodies referred to in Article X.3.1. The list of those representatives shall be communicated through an exchange of letters; (c) meet within one year after this Agreement enters into force, and thereafter as necessary or as decided; (d) determine its own rules of procedure; (e) facilitate the exchange of information regarding laws, regulations, policies and practices concerning standards or criteria for the authorisation, licensing or certification of regulated professions; (f) make publicly available information regarding

Capítulo	Texto
	<p>the negotiation and implementation of MRAs;</p> <p>(g) report to the Joint Committee on the progress of the negotiation and implementation of MRAs;</p> <p>(h) as appropriate, provide information and complement the guidelines set out in the Annex X-A to this Section; and (i) have the possibility to take decisions in accordance with Art X.</p>
<p>ANNEX X-A - GUIDELINES FOR MRAs</p>	<p>Form and Content of the MRA</p> <p>This Annex sets out various issues that may be addressed in a negotiation and, if so agreed, included in final MRAs. It outlines some basic ideas on what might be required of foreign professionals seeking to benefit from a MRA.</p> <p>1. Participants</p> <p>The parties to the MRA should be clearly stated.</p> <p>2. Purpose of the MRA</p> <p>The purpose of the MRA should be clearly stated.</p> <p>3. Scope of the MRA</p> <p>The MRA should set out clearly:</p> <p>(a) the scope of the MRA, in terms of the specific professional titles and activities which it covers; (b) who is entitled to use the professional titles concerned;</p> <p>(c) whether the recognition mechanism is based on formal qualifications, a licence obtained in the jurisdiction of origin, or on some other requirement; and (d) whether the MRA covers temporary or permanent access to the profession concerned.</p> <p>4. Mutual Recognition Provisions</p> <p>The MRA should clearly specify the conditions to be met for the recognition of qualifications in each host jurisdiction and the level of equivalence agreed.</p> <p>The following four-step process should be considered to simplify and facilitate the recognition of the qualifications.</p>

Capítulo	Texto
	<p>Four-Step Process for the Recognition of Qualifications</p> <p><u>Step One: Verification of Equivalency</u></p> <p>Each negotiating entity should verify the overall equivalence of the scopes of practice or qualifications of the regulated profession in each Party's host jurisdiction.</p> <p>The examination of qualifications should entail the collection of all relevant information pertaining to the scope of practice rights related to a legal competency to practice or to the qualifications required for a specific regulated profession in the respective jurisdictions.</p> <p>Consequently, each negotiating entity should:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) identify activities or groups of activities covered by the scope of practice rights of the regulated profession; and (b) identify the qualifications required in each host jurisdiction. These may include the following elements: <ul style="list-style-type: none"> (i) the minimum level of education required, for example, entry requirements, length of study, subjects studied; (ii) the minimum level of experience required, for example, location, length and conditions of practical training or supervised professional practice prior to licensing, or the framework of ethical and disciplinary standards; (iii) examinations passed, especially examinations of professional competency; (iv) the extent to which qualifications from one jurisdiction are recognised in the other jurisdiction; and, (v) the qualifications which the Relevant Authorities in each host jurisdiction are prepared to recognise, for instance, by listing particular diplomas or certificates issued, or by reference to particular minimum requirements to be certified by the Relevant Authorities of the jurisdiction of origin, including whether the possession of a certain level of qualification would allow recognition for some activities of the scope of practice but not others (level and length of education, major educational focuses, overall subjects and areas). <p>There is an overall equivalence between the scope of practice rights or the qualifications of the regulated profession if there are no substantial differences in this regard between jurisdictions.</p> <p><u>Step Two: Evaluation of Substantial Differences</u></p>

Capítulo	Texto
	<p>There exists a substantial difference in the scope of qualifications required to exercise a regulated profession, in cases of:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) important differences in the essential knowledge; or (b) significant differences in the duration or content of the training between the host jurisdictions. <p>There exists a substantial difference in the scope of practice if:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) one or more professional activities do not form part of the corresponding profession in the jurisdiction of origin; (b) these activities are subject to specific training in the host jurisdiction; and, (c) the training for these activities in the host jurisdiction covers substantially different matters from those covered by the applicant's qualification. <p><u>Step Three: Compensatory Measures</u></p> <p>If each negotiating entity determines that there is a substantial difference in the scope of practice rights or of formal qualifications between the host jurisdictions, they may determine compensatory measures to bridge the gap.</p> <p>Compensatory measures should be proportionate to the substantial difference which they seek to address. Each negotiating entity should evaluate any practical professional experience obtained in the jurisdiction of origin to see whether this experience is sufficient to remedy, in whole or in part, the substantial difference in the scope of practice rights or formal qualifications between the host jurisdictions, prior to determining a compensatory measure. A compensatory measure may also take the form of, among other things, an adaptation period or, if required, an aptitude test.</p> <p><u>Step Four: Identification of the Conditions for Recognition</u></p> <p>Once the assessment of the overall equivalency of the scopes of practice rights or qualifications of the regulated profession is completed, each negotiating entity should specify in the MRA:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) the legal competency required to practice the regulated profession; (b) the qualifications for the regulated profession; (c) whether compensatory measures are necessary; (d) the extent to which professional experience may compensate for substantial differences; (e) a description of any additional compensatory measure, including the use of any adaptation period

Capítulo	Texto
	<p>or aptitude test, to the extent needed.</p> <p>5. Mechanisms for Implementation</p> <p>The MRA should state:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) the rules and procedures to be used to monitor and enforce the provisions of the agreement; (b) the mechanisms for dialogue and administrative co-operation between the parties to the MRA; and (c) the means for individual applicants to address any matters arising from the interpretation or implementation of the MRA. <p>As a guide to the treatment of individual applicants, the MRA should include details on:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) the point of contact for information on all issues relevant to the application, for example, the name and address of the Relevant Authorities, licensing formalities, information on additional requirements which need to be met in the host jurisdiction; (b) the duration of the procedures for the processing of applications by the Relevant Authorities of the host jurisdiction; (c) the documentation required of applicants and the form in which it should be presented ; (d) acceptance of documents and certificates issued in the host jurisdiction in relation to qualifications and licensing; (e) the procedures of appeal to or review by the Relevant Authorities. <p>The MRA should also include the following commitments by the Relevant Authorities:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) requests about the measures will be promptly dealt with; (b) adequate preparation time will be provided if necessary; (c) exams or tests will be arranged with reasonable frequency; (d) fees for applicants seeking to take advantage of the terms of the MRA will be commensurate with the costs incurred by the host jurisdiction; and (e) information will be supplied on any assistance programmes in the host jurisdiction for practical training, and any commitments of the host jurisdiction in that context. <p>6. Licensing and Other Provisions in the Host Jurisdiction</p> <p>If applicable, the MRA should also set out the means by which, and the conditions under which, a licence is obtained following the determination of eligibility, and what a licence entails, for example, a licence and its contents, membership of a</p>

Capítulo	Texto
	<p>professional body, use of professional or academic titles. Any licensing requirements other than qualifications should be explained and should include requirements relating to:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) having an office address, maintaining an establishment or being a resident; (b) language skills; (c) proof of good character; (d) professional indemnity insurance; (e) compliance with host jurisdiction's requirements for use of trade or firm names; and (f) compliance with host jurisdiction ethics for example, independence and good conduct; <p>To ensure transparency, the MRA could include the following details for each host jurisdiction:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) the relevant law to be applied, for example, regarding disciplinary action, financial responsibility, liability; (b) the principles of discipline and enforcement of professional standards, including disciplinary jurisdiction and any consequential effects on practicing professional activities; (c) the means for the ongoing verification of competence; and (d) the criteria for, and procedures relating to, revocation of the registration. <p>7. Revision of the MRA</p> <p>If the MRA includes terms under which it can be reviewed or revoked, the details should be clearly stated.</p> <p>8. Transparency</p> <p>The Parties should:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) make publicly available the text of MRAs which have been concluded; and, (b) notify each other of any modifications to qualifications that may affect the application or implementation of a MRA. If possible, a Party should be given an opportunity to comment on the modifications of the other Party.
<p>Sub-section 2 – Regulatory cooperation in financial services</p>	<p>Article 5 - 38 Regulatory cooperation</p> <p>1. The Parties recognize that prudential measures strengthen domestic financial systems; encourage sound, efficient and robust institutions, markets, and infrastructure; and promote international financial stability by facilitating better informed lending and investment decisions, improving market integrity, and reducing the risks of financial distress and contagion.</p> <p>2. The Parties undertake to use their best</p>

Capítulo	Texto
	<p>endeavours to achieve mutual compatibility of their respective regulatory and supervisory frameworks for financial services in a way that supports the objectives mentioned in paragraph 1. Furthermore, the general objectives and principles of the Chapter [Regulatory Cooperation] apply to regulatory cooperation on financial services.</p> <p>3. The Parties agree to consult each other at the earliest stage of the regulatory process.</p> <p>4. The Parties agree, wherever possible, defer to the rules of the other Party if they achieve comparable outcomes, for the purpose of assessing compliance with domestic regulations.</p> <p>5. The Parties shall conduct their cooperation in respect of financial services through a Joint EU/US Financial Regulatory Forum (“the Forum”), which is hereby established. The Forum shall be composed of representatives of regulators, supervisors and competent authorities responsible for financial regulation. In the area of financial services it shall carry out the functions of the Regulatory Cooperation Council established in Article 14 par. 1 of the Chapter [on Regulatory Cooperation].</p> <p>6. The detailed arrangements of regulatory cooperation shall be set out in a [Memorandum of Understanding on Regulatory Cooperation in Financial Services²⁰]</p> <p>NB: The relationship between the provisions of Chapter [] – Regulatory cooperation and the provisions for regulatory cooperation in financial services will be kept under review, as both sets of provisions are taking shape. The provisions for regulatory cooperation in financial services are built on the premise that they will apply to regulatory acts adopted by the EU and US Federal authorities, as well as to acts adopted by US States and EU Member States.</p>
<p>CHAPTER VI - ELECTRONIC COMMERCE</p>	<p>Article 6-8 Cooperation on regulatory issues in e-commerce²⁴</p> <p>1. The parties shall maintain a dialogue on regulatory issues raised by electronic commerce, which shall inter alia address the following issues:</p> <ul style="list-style-type: none"> - the recognition and facilitation of interoperable cross-border electronic trust and authentication services; - the treatment of direct marketing communications; - the protection of consumers in the ambit of electronic commerce; and

Capítulo	Texto
	<p>- any other issue relevant for the development of electronic commerce.</p> <p>2. Such cooperation shall focus on exchange of information on the Parties' respective legislation on these issues as well as on the implementation of such legislation.</p> <p>24 The relation between this chapter and the chapter on regulatory cooperation will be further discussed.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do acordo TTIP.